COMPÊNDIO

PROGRAMA DE JOVENS PELAS FINANÇAS SUSTENTÁVEIS 2026



Autores

Participantes do Programa de Jovens pelas Finanças Sustentáveis 2026
Equipe Geral do GFLAC – Programa de Jovens pelas Finanças Sustentáveis 2026

Coordenação Geral:
Dra. Sandra Leticia Guzmán Luna,
Fundadora e Diretora-Geral, GFLAC

Coordenação Técnica:
Lorena Caballero
Diretora Operacional, GFLAC

Coordenação Operacional:
Montserrat Castillo
Diretora Técnica, GFLAC

Compilação e introduções:
Lic. Luz Andina Alfonsina Parrado Frias,
Associada em Criação e Fortalecimiento de Capacidades, GFLAC

Lic. Federica Logwinczuk
Associada em Comunicação Estratégica Institucional, GFLAC

Lic. Guilherme Novaes
Associado em Finanças Climáticas Nacionais

Design:
Lic. Jhon Cortés,
Associado Sênior em Design Criativo, GFLAC

PROGRAMA DE JOVENS PELAS FINANÇAS SUSTENTÁVEIS 2026



Cada autor(a) é responsável por sua própria obra. Cada palavra nestas páginas é uma expressão única de sua perspectiva e criatividade.

Esta publicação está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição–NãoComercial–SemDerivações 4.0 Internacional.
Esta licença não é uma licença de Cultura Livre.

Introducción

Em 2020, no âmbito da campanha **“Finanças Sustentáveis para o Futuro: colocando a vida no centro dos investimentos”**, o Grupo de Financiamento Climático para a América Latina e o Caribe (GFLAC), em parceria com o **Mestrado em Direito e Economia das Mudanças Climáticas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Argentina),** lançou o **Programa de Jovens pelas Finanças Sustentáveis (PJFS)**.

O PJFS nasceu com o propósito de fortalecer as capacidades das juventudes da América Latina e do Caribe, oferecendo conhecimentos e ferramentas que lhes permitam influenciar a transformação dos sistemas financeiros em seus países, bem como contribuir para o desenvolvimento de políticas e instituições alinhadas aos desafios climáticos e de sustentabilidade em nível regional e global.

Ao longo de suas **cinco edições (2021, 2022, 2023, 2024 e 2025),** o programa despertou grande interesse entre os jovens da região, refletido em cerca de **15 mil candidaturas** recebidas. Esse alcance demonstra a crescente preocupação e o compromisso das novas gerações com a promoção de modelos de desenvolvimento mais justos, inclusivos e sustentáveis.

O programa busca gerar e fortalecer capacidades em finanças climáticas e sustentáveis como uma forma de impulsionar a transformação do setor financeiro e avançar no alinhamento dos fluxos financeiros com um desenvolvimento resiliente ao clima e de baixas emissões de carbono. Tudo isso a partir de uma abordagem baseada nos direitos humanos, no respeito aos povos indígenas e comunidades locais, na equidade intergeracional, na igualdade de gênero e na proteção da biodiversidade e dos ecossistemas.

A edição de 2026 foi realizada em formato virtual e culminou com a elaboração de trabalhos finais em grupo, nos quais os participantes aplicaram os conhecimentos adquiridos ao longo do programa. Os resultados desse esforço coletivo estão compilados no presente documento, que reflete não apenas o aprendizado alcançado, mas também o compromisso, a criatividade e a capacidade analítica das juventudes participantes.

As páginas a seguir testemunham o entusiasmo e a dedicação dos jovens que fizeram parte desta edição, bem como sua convicção de que as finanças sustentáveis são uma ferramenta fundamental para construir um futuro mais justo, resiliente e em harmonia com a vida.

Contenido

Introducción.....3
I. Financiamento climático, transparência e incidência política no Brasil: uma análise a partir do Índice de Finanças Sustentáveis.....5
II. Transparência e Financiamento da Transição Energética: uma análise multinível com foco na Bahia a partir do IFSS..... 10
III. Transparência no Orçamento do Novo PAC e a conexão com o Plano Clima Adaptação Setorial de Cidades.....17
IV. Desafios e perspectivas para a participação da juventude nas COPs: contribuições do Sul Global..... 23
V. Incidência das Juventudes na Diplomacia Climática.....30
VI. Finanças Climáticas e Perfil de Emissões no Estado do Pará: Uma análise crítica do Índice de Finanças Sustentáveis e dos recursos do Fundo Clima como estratégia estadual de mitigação e adaptação.....37
VII. O papel da juventude na diplomacia climática: Análise de atuação ativa nos temas de financiamento climático na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.....43
VIII. O papel da juventude na diplomacia climática.....50
IX. Sem Transparência não há Transição: Uma Análise Crítica do IFSS Brasil 2025.....57
X. Entre a Ambição e a Execução: Uma Análise do Financiamento Climático no Brasil a partir do Índice de Finanças Sustentáveis..... 63
XI. Dados que transformam: uma estratégia de comunicação para dar visibilidade ao financiamento climático no Brasil..... 68
XII. Financiamento climático no Brasil: Limitações metodológicas, transparência e tomada de decisão..... 74
XIII. As demandas e a importância da juventude na agenda ambiental..... 80
XIV. Estratégia de comunicação sobre financiamento climático..... 86

I. Financiamento climático, transparência e incidência política no Brasil: uma análise a partir do Índice de Finanças Sustentáveis

Autores:
Amaranta Maria Nunes Sodré
Ana Cristina Gonçalves Martins
Ana Laura Franco Dias
Angélica Maria Carnelosso
Beatriz Oliveira Gomes Florencio
Beatriz Ribeiro Vieira
Beatriz Vilela Santos

Introdução

As mudanças climáticas configuram um dos principais desafios contemporâneos, exigindo dos Estados capacidades institucionais, financeiras e políticas para promover processos de mitigação e adaptação compatíveis com os compromissos internacionais assumidos no âmbito do Acordo de Paris. Nesse contexto, o financiamento climático assume papel estratégico ao viabilizar políticas públicas, instrumentos econômicos e investimentos voltados à transição para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis e resilientes.

No Brasil, o debate sobre financiamento climático tem ganhado maior relevância nos últimos anos, impulsionado tanto pela retomada da agenda ambiental nacional quanto pela crescente visibilidade internacional do país diante da realização da COP 30. Paralelamente, amplia-se a necessidade de fortalecer mecanismos de transparência, rastreabilidade e monitoramento dos fluxos financeiros destinados às agendas de mitigação e adaptação climática, especialmente em razão das desigualdades regionais e das limitações estruturais do sistema orçamentário brasileiro.

Diante desse cenário, o presente trabalho analisa o financiamento climático brasileiro com base no Índice de Finanças Sustentáveis (IFS), desenvolvido pelo Grupo de Financiamento Climático para a América Latina e o Caribe (GFLAC). A análise busca identificar tendências, limitações e desequilíbrios na estrutura do financiamento climático nacional, bem como compreender seus impactos sobre a tomada de decisão pública. Além disso, o trabalho propõe estratégias de incidência política voltadas ao fortalecimento da transparência e da governança climática, considerando também o papel da juventude na participação e no controle social das políticas climáticas.

Estrutura e tendências

A agenda de financiamento climático no Brasil passa por um processo de reestruturação impulsionado pela preparação para a COP 30 e pela retomada das políticas climáticas nacionais. Nesse contexto, destacam-se iniciativas como o Plano de Transformação Ecológica e o Tropical Forests Forever Facility (TFFF), com maior participação dos governos subnacionais.

O financiamento climático brasileiro é orientado pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), que prevê a integração da variável climática às políticas públicas e aos instrumentos econômicos e fiscais. Segundo o IFS, Alagoas (6,19%) apresentou a maior proporção de despesas sustentáveis, seguido por Ceará (3,68%) e Bahia (2,86%), com destaque para investimentos em saneamento, gestão hídrica e transporte público.

Apesar desses avanços, os dados revelam desequilíbrios estruturais na arquitetura fiscal brasileira. Através da análise do Índice de Finanças Sustentáveis é possível observar que em 2024, os estados arrecadaram 13 vezes mais receitas provenientes de atividades intensivas em carbono do que receitas sustentáveis, evidenciando forte dependência de setores emissores.

Limitações de informação

Nesse contexto, o IFS oferece um panorama abrangente do financiamento climático no Brasil, contudo, sua efetividade como ferramenta de análise enfrenta limitações estruturais inerentes ao sistema orçamentário brasileiro, especialmente pela ausência de padronização das receitas e despesas no âmbito subnacional, dificultando comparações e comprometendo a precisão das informações.

A inexistência de classificações específicas para gastos com mitigação e adaptação climática também reduz a transparência e dificulta o rastreamento dos fluxos financeiros destinados à agenda climática. Além disso, observa-se elevada dependência de instrumentos reativos, como multas e compensações ambientais, como fonte de receitas sustentáveis. Enquanto, instrumentos como títulos verdes e créditos de carbono poderiam fortalecer a sustentabilidade financeira dos estados e ampliar suas fontes de receita.

Por fim, a baixa transparência e a limitada comunicação pública sobre financiamento climático dificultam a mobilização social e o controle democrático das políticas ambientais. Segundo pesquisa do DataFolha (2024), 34% dos brasileiros desconhecem o tema das mudanças climáticas, percentual que chega a 54% entre as classes D e E (CNN, 2025).

Impacto na tomada de decisão

Essa ausência de dados padronizados e detalhados limita a identificação de prioridades, desequilíbrios regionais e grupos mais vulneráveis, comprometendo a formulação de políticas climáticas baseadas em evidências

Nesse contexto, decisões governamentais tendem a ser orientadas por informações fragmentadas e restrições orçamentárias imediatas, em vez de diagnósticos técnicos consistentes. A escassez de informações também dificulta o monitoramento de metas e resultados, impedindo verificar se os recursos alcançam as populações mais vulneráveis e contribuindo para o aprofundamento das desigualdades regionais.

Estratégia de incidência

A partir da identificação das lacunas de padronização e da dependência fiscal de setores intensivos em carbono, torna-se imperativo o desenho de uma estratégia de incidência política que desloque o financiamento climático de um campo reativo para um modelo estruturante e transparente. Esta estratégia fundamenta-se em três pilares centrais de intervenção:

i. Institucionalização da Rastreabilidade: Propõe-se a institucionalização obrigatória do Classificador Orientador de Gasto em Políticas de Ambiente e Mudança Climática, Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), permitindo identificar e monitorar gastos de mitigação e adaptação climática de forma padronizada e auditável. O objetivo é que cada rubrica orçamentária na Lei Orçamentária Anual (LOA) receba uma etiqueta que identifique o percentual destinado à mitigação ou adaptação, permitindo que o monitoramento do Artigo 2.1.c do Acordo de Paris e das metas da NDC seja realizado de forma automatizada e auditável.

ii. Padronização e Integração Federativa: Também se propõe a articulação junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) para harmonizar classificações orçamentárias climáticas no âmbito subnacional, ampliando a transparência e a capacidade de captação de recursos internacionais.

iii. Transparência Ativa e Controle Social: Por fim, recomenda-se a criação de um Portal de Dados Abertos de Financiamento Climático, que cruze os dados do Orçamento Geral da União (OGU) com os indicadores do Índice de Finanças Sustentáveis (IFS). Esta ação, com participação de órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU), visa fortalecer o monitoramento social e a transparência dos gastos públicos. A execução desta estratégia exige a articulação com a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, visando incluir marcadores climáticos já na elaboração do Plano Plurianual (PPA).

Papel da juventude

Nesse contexto, torna-se necessária a atuação articulada de diferentes setores da sociedade, especialmente da juventude brasileira, no fortalecimento das agendas de incidência política climática. No entanto, é importante reconhecer que existem múltiplas realidades de juventude no país. Segundo a Scintilla (2026), um em cada quatro brasileiros chega aos 28 anos sem estudar e sem trabalhar.

Esse cenário impacta diretamente a capacidade de organização e participação política dos jovens. A pesquisa Adolescentes, jovens e mudanças climáticas no Brasil aponta que apenas 3% dos jovens entrevistados participam de iniciativas coletivas relacionadas ao enfrentamento das mudanças climáticas, sendo a maioria vinculada ao ambiente escolar (Rizzini, Couto, & Neumann, 2025).

Ao mesmo tempo, os jovens reconhecem a importância da participação das populações mais afetadas pelas mudanças climáticas nos processos de formulação de políticas e propostas (Em Movimento et al., 2022). Isso demonstra a relevância de ampliar espaços acessíveis de escuta, formação e construção coletiva sobre o clima.

Assim, fortalecer a participação juvenil depende tanto da ampliação dos mecanismos de engajamento climático quanto da redução das desigualdades que limitam o acesso da juventude aos espaços de decisão.

Conclusão

A análise do financiamento climático brasileiro a partir do IFS evidencia avanços importantes na incorporação da agenda climática às políticas públicas nacionais e subnacionais. A ausência de classificações específicas e de mecanismos integrados de monitoramento dificulta a identificação precisa dos fluxos financeiros climáticos, limita a capacidade de avaliação das políticas públicas e compromete processos de tomada de decisão baseados em evidências. Além disso, a dependência fiscal de atividades intensivas em carbono evidencia desafios para a consolidação de uma transição econômica efetivamente sustentável e justa.

Nesse contexto, estratégias de incidência política voltadas à institucionalização de mecanismos de rastreabilidade climática, à harmonização federativa das classificações orçamentárias e ao fortalecimento da transparência pública tornam-se fundamentais para ampliar a eficiência, a credibilidade e o controle social das finanças climáticas no país. A atuação coordenada entre governo federal, entes subnacionais, órgãos de controle, parlamento e sociedade civil mostra-se essencial para consolidar uma governança climática mais transparente e orientada por evidências.

Por fim, destaca-se o papel estratégico da juventude na construção dessa agenda. Apesar das desigualdades estruturais que limitam sua participação política, os jovens possuem potencial relevante para fortalecer processos de mobilização, incidência, produção de conhecimento e comunicação climática. Assim, ampliar espaços de participação e garantir condições efetivas de engajamento juvenil constitui elemento central para o fortalecimento da democracia climática e para a construção de políticas públicas mais inclusivas, transparentes e alinhadas aos desafios da transição ecológica no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SCINTILLA. (2026). *Juventudes em movimento*. Scintilla. https://scintilla.org.br/
- Rizzini, I., Couto, R. M. B., & Neumann, M. M. (2025). *Adolescentes, jovens e mudanças climáticas no Brasil*. CIESPI/PUC-Rio. https://educacaoeterritorio.org.br/especiais/adolescentes-jovens-e-mudancas-climaticas-no-brasil/
- CNN Brasil. (2025, fevereiro). *Pesquisa: 34% dos brasileiros não sabem o que são mudanças climáticas*. https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pesquisa-tres-a-cada-quatro-brasileiros-nao-sabe-o-que-e-mudanca-climatica/
- Grupo de Financiamento Climático para a América Latina e o Caribe (GFLAC). (2025). *Índice de Finanças Sustentáveis 2025 (dados a 2024): Finanças sustentáveis e transições justas*. GFLAC.
- Instituto Talanoa. (2026). *Ecossistema do financiamento climático no Brasil: atores, instrumentos e governança*. Instituto Talanoa.
- Em Movimento, Rede Conhecimento Social, Engajamundo, & Instituto Ayika. (2022). *Pesquisa juventudes, meio ambiente e mudanças climáticas*. https://oeco.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Relatorio-Pesquisa-Juventudes-Meio-Ambiente-e-Mudancas-Climaticas_JUMA_2023.pdf

Declaramos que as Inteligências Artificiais Gemini, da Google, e o ChatGPT, da OpenAI, foram utilizadas exclusivamente para fins de suporte linguístico e editorial. As ferramentas auxiliaram na revisão gramatical, no refinamento da coerência textual e na busca por sentenças similares ou repetidas, visando assegurar a fluidez e a clareza do documento final. O conteúdo técnico, os argumentos e as conclusões apresentadas são de autoria intelectual exclusiva dos membros do grupo.

II. Transparência e Financiamento da Transição Energética: uma análise multinível com foco na Bahia a partir do IFSS

Autores:
Camila Ferreira Barbosa
Carolina Stavale de Miranda Pinto Bilhim
Christian Lyrion de Barros Fontão
Clara Mimoso Wendling Ratto
Clarice Silva Santos
Claubert Santos de Almeida

1. Introdução

O financiamento climático, conjunto de fluxos financeiros de fontes públicas, privadas ou alternativas destinados a apoiar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, é condição essencial para que os países cumpram os compromissos assumidos no Acordo de Paris, cujo Artigo 2.1(c) estabelece que todos os fluxos financeiros devem ser compatíveis com trajetórias de baixo carbono e desenvolvimento resiliente ao clima, tornando a política fiscal inseparável da agenda climática (CQNUMC, 2023).

O Brasil ocupa uma posição singular nesse debate. Terceiro maior gerador de energias renováveis do mundo, com 49,1% de sua oferta interna de energia proveniente de fontes renováveis (EPE, 2024), e sede da COP 30 em Belém, o país reafirmou sua centralidade na governança climática global. No entanto, os dados revelam contradições entre esse potencial e a realidade dos fluxos financeiros, tanto nos recursos que chegam ao país quanto na forma como os governos nacional e subnacionais alocam seus orçamentos, o que limita o avanço da transição energética e compromete a transparência necessária para monitorá-la.

É nesse cenário que este trabalho se situa. O objetivo é analisar o financiamento da transição energética no Brasil a partir de uma perspectiva multinível, do plano internacional ao nacional e ao subnacional, com foco no estado da Bahia como estudo de caso. Utilizando como principais fontes o IFS 2025 e o IFSS Brasil 2025 do GFLAC, o trabalho busca interpretar os dados disponíveis, identificar limitações de transparência e qualidade da informação fiscal climática, compreender como essas lacunas impactam a tomada de decisões e propor estratégias de incidência política nas quais a juventude possa desempenhar um papel ativo.

2. Desenvolvimento

2.1. Do global ao subnacional: fluxos, contradições e opacidade

A transição para economias de baixo carbono exige volumes expressivos de financiamento climático, e o sistema internacional tem papel central nessa mobilização. Pelo Artigo 9.1 do Acordo de Paris, os países desenvolvidos assumiram a obrigação de prover recursos financeiros aos países em desenvolvimento para ações de mitigação e adaptação (PJFS, 2026a). Na prática, o que chega ao Sul Global apresenta limitações estruturais: o financiamento climático chega predominantemente como empréstimos comerciais e não como doações, agravando o endividamento dos países receptores — o número de nações em situação de alto endividamento saltou de 22 em 2011 para 59 em 2022 (Montalvão, 2025). Soma-se a isso a ausência de metodologias padronizadas para classificar e rastrear esses fluxos, tornando difícil saber o que de fato chega, onde se concentra e quais populações beneficia — um problema de transparência estrutural que se reproduz desde a arquitetura global até os níveis subnacionais (Montalvão, 2025; GFLAC, 2025a).

No caso do Brasil, o mapeamento realizado pelo CPI/PUC-Rio (2025) revela que o financiamento climático internacional cresceu 84% entre 2019–2020 e 2021–2022, atingindo R$26,6 bilhões por ano — crescimento superior à média global de 28% no período. No entanto, 89% desse total chegou como instrumentos comerciais (crédito e equity), enquanto doações e crédito concessional recuaram 43%. O setor de energia concentrou 53% dos recursos (R$14 bilhões/ano), com geração solar respondendo por 57% desse valor e eólica por 24%. Em contraste, o setor AFOLU (Agropecuária, Florestas e Outros Usos da Terra), responsável por aproximadamente 71% das emissões nacionais, recebeu apenas 11% do financiamento internacional (CPI/PUC-Rio, 2025). Esse descompasso evidencia que o financiamento internacional ainda não está alinhado com as reais necessidades climáticas do Brasil, e que a ausência de transparência e de incidência política qualificada contribui para perpetuar essa distorção.

Ao passar do plano internacional para o nacional, a análise deixa de observar apenas os recursos que chegam ao Brasil e passa a examinar como o próprio país organiza seus instrumentos e prioridades fiscais para financiar a transição. O Brasil parte de uma condição favorável: as fontes renováveis representaram 49,1% da oferta interna de energia em 2023 e, em 2024, a matriz elétrica atingiu 88,2% de renovabilidade (EPE, 2024; EPE, 2025). Essa leitura, porém, deve considerar que a matriz elétrica é mais renovável do que a matriz energética total, na qual transportes, indústria e outros usos finais ainda dependem expressivamente de petróleo, gás natural e derivados (EPE, 2025).

A principal contradição está na convivência entre a expansão das fontes renováveis e a permanência de investimentos públicos na cadeia fóssil. O Novo PAC ilustra essa tensão: embora apresentado como parte da agenda de sustentabilidade, 62% dos recursos do eixo de transição energética estavam associados a petróleo e gás, incluindo exploração, gasodutos e refino (Santana, 2023). Políticas de incentivo à renováveis não garantem, por si só, uma transição efetiva: a promoção de energias limpas depende de planejamento, regulação e coordenação setorial para orientar a alocação de capital (Werner; Lazaro, 2023). Instrumentos como o Fundo Clima e o Eco Invest Brasil, por dependerem de crédito e alavancagem privada, tendem a favorecer projetos com escala e retorno mensurável, criando barreiras para iniciativas comunitárias e voltadas à justiça energética (INESC, 2024; Montalvão, 2025). O resultado é que o financiamento nacional ainda não está plenamente alinhado com a meta climática do país, que prevê redução de emissões líquidas entre 59% e 67% até 2035 em relação a 2005 (CQNUMC, 2024).

No plano subnacional, a Bahia ocupa posição estratégica na transição energética brasileira. O estado lidera a geração eólica nacional, com cerca de 37% da produção do país, 381 parques em operação e potência outorgada de 11,8 GW; no setor solar, conta com 101 usinas e 2,5 GW de geração distribuída nos 417 municípios (Bahia, 2026). Os investimentos acumulados em renováveis já ultrapassam R$100 bilhões (Bahia, 2025), com o BNDES aprovando R$3,5 bilhões apenas em 2023 para projetos eólicos e solares no estado (BNDES, 2023). No IFSS Brasil 2025, a Bahia obteve nota 2,0 (nível Médio), com desempenho positivo nas despesas sustentáveis (2,86%, nível Médio Alto) e baixa dependência de receitas intensivas em carbono (1,84%), embora as despesas intensivas em carbono ainda alcancem 3,72% (GFLAC, 2025b).

Apesar desse avanço, persistem desafios de governança. Os empreendimentos renováveis concentram-se em áreas rurais e semiáridas, provocando conflitos socioambientais pelo uso da terra e da água (Werner; Lazaro, 2023; Santos, 2021). Os canais públicos do governo estadual disponibilizam predominantemente dados macroeconômicos agregados, com escassez crônica de informações sobre condicionalidades socioambientais dos incentivos fiscais, distribuição territorial dos benefícios e mecanismos de participação comunitária (GFLAC, 2025b). Essa opacidade dificulta avaliar se as receitas geradas estão chegando, ou não, aos territórios onde se concentram os conflitos associados à expansão eólica e solar no semiárido.

A análise multinível esbarra, portanto, em um obstáculo estrutural que atravessa todas as escalas: a fragmentação e a opacidade dos dados fiscais climáticos. Ainda não existe metodologia padronizada e publicamente auditável que permita identificar com precisão o que, quanto e onde os recursos climáticos estão sendo aplicados no Brasil, o que compromete tanto a eficácia das políticas públicas quanto a capacidade da sociedade civil

de monitorá-las (GFLAC, 2025a; Montalvão, 2025). As despesas climáticas aparecem diluídas em grandes blocos de infraestrutura nos portais de transparência, impedindo o rastreamento transversal e dificultando a avaliação se o gasto público está de fato orientando a transição ou apenas sendo associado a ela retoricamente (GFLAC, 2025b). Um exemplo emblemático é a persistência dos subsídios fósseis: mesmo após a maior queda em oito anos de monitoramento, para cada R$ 1 destinado à renováveis, R$ 2,25 ainda foram direcionados a petróleo, gás e carvão, totalizando R$ 47,06 bilhões em 2024 (INESC, 2025).

Essas assimetrias produzem efeitos concretos em três dimensões. No planejamento de longo prazo, sem dados históricos confiáveis sobre a eficácia do gasto climático, torna-se inviável alinhar as leis orçamentárias estaduais e o Orçamento Geral da União às metas da NDC (CQNUMC, 2024). Na alocação setorial, a opacidade perpetua os descompassos já identificados, como a concentração do financiamento internacional em energia enquanto a AFOLU recebe parcelas marginais (CPI/PUC-Rio, 2025). No controle social, quando os dados exigem alta especialização técnica para serem acessados ou simplesmente não estão disponíveis em formato aberto, à participação da sociedade civil e dos coletivos juvenis nos debates orçamentários é esvaziada, e as consultas públicas correm o risco de se tornarem procedimentos sem substância real (PJFS, 2026b). Superar essas limitações não é apenas um imperativo técnico: é uma condição política para que a governança da transição energética seja democratizada.

2.2. O papel da juventude e dos coletivos locais na incidência política

A transição energética é também uma disputa política sobre quem decide, quem se beneficia e quem arca com os custos da mudança. Nesse contexto, a participação da juventude e dos coletivos locais na incidência sobre as finanças climáticas não é acessória — é condição para que a transição seja justa, transparente e democraticamente legitimada. A juventude é a geração que mais conviverá com as consequências das decisões climáticas atuais e está crescentemente inserida em espaços de produção de conhecimento, organização coletiva e comunicação pública. Programas como o Jovens pelas Finanças Sustentáveis, promovido pelo GFLAC, expressam esse reconhecimento: a formação técnica de jovens em finanças climáticas amplia a base social capaz de monitorar, questionar e propor alternativas às políticas em curso (PJFS, 2026a; PJFS, 2026b).

No Brasil, organizações como o Engajamundo, o Instituto SustentAção, a Youth Climate Leaders e o Fridays for Future demonstram que a incidência qualificada combina ativismo de rua, formação técnica, litígio estratégico e participação institucional. Essas experiências apontam estratégias concretas: o uso do IFS e do IFSS para monitorar e comparar o desempenho dos estados em finanças climáticas, identificando lacunas e boas práticas a serem comunicadas aos gestores e parlamentares; a construção de alianças com

movimentos socioambientais e comunidades afetadas pela expansão renovável, articulando conhecimento técnico com experiência territorial; e a participação ativa na elaboração de planos climáticos estaduais, revisões de NDCs e criação de fundos climáticos, exigindo critérios mais transparentes e orientados à justiça climática. A preparação para a COP 30 em Belém representa uma janela de oportunidade para que jovens brasileiros ampliem sua presença nos espaços de governança climática global, levando consigo as demandas por transparência, justiça energética e financiamento climático adequado às reais necessidades do país.

3. Conclusões

Este trabalho analisou o financiamento da transição energética no Brasil a partir de uma perspectiva multinível, revelando que os avanços são reais, mas insuficientes e contraditórios. No plano internacional, os recursos cresceram expressivamente, mas predominam instrumentos comerciais sobre doações, e o setor com maiores emissões, o AFOLU, recebe parcela marginal do financiamento (CPI/PUC-Rio, 2025; Montalvão, 2025). No plano nacional, a expansão das renováveis coexiste com investimentos estruturais em petróleo e gás e subsídios fósseis que superam em mais do dobro os incentivos a energias limpas (Santana, 2023; INESC, 2025). No plano subnacional, a Bahia ilustra tanto o potencial da transição energética quanto suas fragilidades de governança: lidera a geração eólica nacional, mas enfrenta conflitos territoriais e opacidade nos dados fiscais climáticos (GFLAC, 2025b; Santos, 2021).

O fio condutor dessas contradições é a ausência de transparência e de mecanismos robustos de rastreamento dos fluxos financeiros climáticos em todas as escalas. Sem dados desagregados, auditáveis e acessíveis, torna-se impossível avaliar se o gasto público está de fato orientando a transição ou apenas sendo associado a ela retoricamente, e a participação da sociedade civil nos processos decisórios se esvazia (GFLAC, 2025a; GFLAC, 2025b). A adoção de metodologias como o IFS e o IFSS, a publicação de dados por território, setor e beneficiário e a formação de jovens com capacidade técnica e política para monitorar esses fluxos são condições para que a transição energética no Brasil avance com coerência fiscal, justiça territorial e legitimidade democrática (PJFS, 2026a; PJFS, 2026b).

4. Referências

- Bahia. Governo do Estado. (2025). Bahia lidera a produção de energia limpa no país. Governo da Bahia. https://www.bahia.ba.gov.br
- Bahia. Governo do Estado. (2026). Bahia consolida liderança nacional em energias renováveis com avanços em eólica e solar. Governo da Bahia. https://www.bahia.ba.gov.br

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (2023). BNDES aprova financiamento de R$ 3,5 bilhões para complexos eólicos na Bahia e solar em Minas Gerais. Agência Brasil. https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-01/bndes-financia-r-35-bilhoes-em-energia-renovavel
- Climate Policy Initiative & PUC-Rio (CPI/PUC-Rio). (2025). Mapeamento de financiamento climático internacional para o Brasil. CPI/PUC-Rio. https://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2025/08/Mapeamento-de-Financiamento-Climatico-Internacional-para-o-Brasil.pdf
- Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC). (2023). Introdução ao financiamento climático. UNFCCC. https://unfccc.int/topics/introduction-to-climate-finance
- Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC). (2024). Segunda Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil (NDC). UNFCCC. https://unfccc.int/sites/default/files/2024-11/Brazil_Second%20Nationally%20Determined%20Contribution%20%28NDC%29_November2024.pdf
- Empresa de Pesquisa Energética (EPE). (2024). BEN: Relatório síntese 2024. EPE. https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2024
- Empresa de Pesquisa Energética (EPE). (2025). Matriz energética e elétrica. EPE. https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica
- Grupo de Financiamiento Climático para América Latina y el Caribe (GFLAC). (2025a). Índice de Finanzas Sostenibles 2025 (con datos a 2024): Finanzas sostenibles y transiciones justas. GFLAC. https://www.sustainablefinance4future.org/_files/ugd/32948d_16c679244f6f468bbbddc7595824bcab.pdf
- Grupo de Financiamiento Climático para América Latina y el Caribe (GFLAC). (2025b). Índice de Finanças Sustentáveis Subnacional (IFSS) Brasil 2025: Panorama dos fluxos orçamentários estaduais. GFLAC. https://www.sustainablefinance4future.org/_files/ugd/32948d_5efa2fded69948258943457fc48af521.pdf
- Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). (2025). Subsídios às fontes fósseis e renováveis. INESC. https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2024/10/estudo-7ed-subsidio-fosseis_renovaveis.pdf
- Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). (2024). Transformação ecológica, Fundo Clima e Eco Invest: por onde caminha o financiamento climático no Brasil? INESC.

https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2024/06/financiamentoclimatico-brasil-v2.pdf
- Montalvão, E. (2025). O financiamento climático para países do Sul Global. Transforma Economia. https://transformaeconomia.org/wp-content/uploads/2025/07/NT16-PT.pdf
- Programa Jovens pelas Finanças Sustentáveis (PJFS). (2026a). Guia conceitual — Primeira parte. GFLAC.
- Programa Jovens pelas Finanças Sustentáveis (PJFS). (2026b). Guia conceitual — Segunda parte. GFLAC.
- Santana, A. (2023, 22 de novembro). Governo brasileiro anuncia mais de 100 bilhões de dólares para transição energética, mas 62% dos recursos vão para petróleo e gás. Climate Tracker América Latina. https://climatetrackerlatam.org/historias/transicao-pac/
- Santos, M. B. M. (2021). Avaliação da tributação do setor de energia eólica pelo ICMS à luz da sua importância para o desenvolvimento sustentável (Dissertação de Mestrado, Fundação Getulio Vargas). Repositório FGV.
- Werner, D., & Lazaro, L. L. B. (2023). The policy dimension of energy transition: the Brazilian case in promoting renewable energies (2000-2022). Energy Policy, 175, 113480.

Declaração de uso de Inteligência Artificial

Este trabalho contou com o apoio do assistente de Inteligência Artificial Claude (Anthropic) nas seguintes finalidades: estruturação e organização das seções do trabalho, apoio na redação e revisão de parágrafos, sugestão de títulos, formatação das referências bibliográficas em normas APA e verificação de consistência entre o conteúdo produzido e as fontes utilizadas. Todo o conteúdo analítico, os argumentos desenvolvidos e as escolhas de enfoque temático são de responsabilidade dos autores. As fontes citadas foram selecionadas e verificadas pelo grupo.

III. Transparência no Orçamento do Novo PAC e a conexão com o Plano Clima Adaptação Setorial de Cidades

Autores:
Felipe Augusto Santos da Silva
Felipe Roberto Dias
Gabriel Felipe Bueno Fayad Gomes
Gabriela Aires
Giovanna Baptista do Nascimento
Hellen Cristina da Silva

1.Introdução

O financiamento climático surge como uma estratégia essencial e urgente nesse contexto. Ele representa o fluxo de recursos financeiros públicos, privados, nacionais ou internacionais destinados a viabilizar ações de mitigação e de adaptação. Para o Brasil, o financiamento climático é uma oportunidade para liderar a transição rumo a uma economia de baixo carbono e mais resiliente, alinhando diretrizes climáticas às iniciativas de desenvolvimento, como o Plano Clima Adaptação e o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

O Plano Clima Adaptação (MMA et al., 2025) funciona como a bússola estratégica do Estado brasileiro, definindo as metas de descarbonização e as prioridades setoriais para guiar o país no cumprimento de seus compromissos internacionais, como o Acordo de Paris. Por sua vez, o Novo PAC (Casa Civil, 2025) integra a sustentabilidade ao desenvolvimento de infraestrutura e direcionando investimentos robustos para setores cruciais como transição energética, transporte de baixo impacto e saneamento básico. Contudo, a engrenagem que conecta o capital disponível aos projetos de campo depende de um pilar fundamental: a transparência. A clareza na governança, o monitoramento rigoroso dos dados e a prestação de contas são indispensáveis para garantir que os recursos sejam aplicados com máxima eficiência.

O Índice de Finanças Sustentáveis (IFS) (Guzmán et al., 2025) é uma ferramenta desenvolvida pelo Grupo de Financiamento Climático para a América Latina e o Caribe (GFLAC) e aplicada anualmente. Seu objetivo é monitorar as receitas e despesas nacionais e internacionais relacionadas às mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável, bem como identificar os recursos ainda alocados a atividades que dificultam a transição para

economias de baixo carbono e resilientes ao clima, particularmente aquelas ligadas à extração e produção de combustíveis fósseis e à mineração.

No Brasil, uma das recomendações nacionais do IFS é a transparência e acesso à informação. Essa necessidade ganha materialidade no presente trabalho ao conectar os investimentos do Novo PAC às diretrizes do Plano Clima Adaptação Setorial de Cidades sob o olhar do IFS. O presente trabalho busca relacionar a transparência no orçamento do Novo PAC e a conexão com o Plano Clima Adaptação Setorial de Cidades com um olhar que não se atém somente aos dados disponíveis, mas também considera como eles se relacionam com as tomadas de decisão no Brasil e o papel participativo da juventude nesse contexto.

2. Desenvolvimento

2.1. Estrutura do financiamento climático brasileiro e o IFS 2025

O financiamento climático no Brasil é composto por recursos provenientes de fontes públicas, privadas e internacionais voltados ao enfrentamento das mudanças climáticas, tanto por meio de ações de mitigação quanto de adaptação. Esses investimentos contemplam setores estratégicos, como saneamento básico, mobilidade urbana, infraestrutura resiliente, transição energética e gestão ambiental. Dentro desse cenário, o Índice de Finanças Sustentáveis (IFS) surge como uma ferramenta importante para avaliar o quanto o sistema financeiro brasileiro está alinhado às metas climáticas nacionais e internacionais.

Segundo os dados apresentados pelo IFS 2025, o Brasil ocupa posição de destaque no contexto global do financiamento climático, sendo atualmente o maior receptor, em valores nominais, de recursos internacionais destinados às agendas de clima e biodiversidade, totalizando aproximadamente US$ 3,2 bilhões. Entretanto, esse montante corresponde a apenas 25,13% do total de recursos de financiamento ao desenvolvimento recebidos pelo país, percentual considerado baixo diante da relevância ambiental brasileira, especialmente em razão da Amazônia e de sua importância para o equilíbrio climático mundial (Guzmán et al., 2025).

A análise da estrutura financeira nacional revela ainda algumas inconsistências relevantes. O Brasil alcançou nota 1,9 no IFS, sendo classificado em um nível intermediário de alinhamento às metas climáticas globais, abaixo de outros países latino-americanos. O relatório também mostra que as receitas públicas associadas a atividades intensivas em carbono superam em 11 vezes aquelas vinculadas a fontes consideradas sustentáveis. Isso evidencia que, apesar do fortalecimento do discurso institucional relacionado à sustentabilidade, a economia brasileira ainda mantém forte dependência de atividades com elevada emissão de gases de efeito estufa.

Outro aspecto destacado pelo relatório refere-se às limitações existentes na transparência e no monitoramento dos recursos climáticos no país. Entre os principais entraves estão a inexistência de critérios padronizados para classificar investimentos climáticos, o pouco detalhamento territorial das informações e a dificuldade de identificar quais recursos são efetivamente direcionados à adaptação climática. Como consequência, o acompanhamento das políticas públicas e a avaliação da eficiência desses investimentos tornam-se mais complexos.

A relevância desse debate se intensifica quando observada a realidade urbana brasileira. De acordo com o Plano Clima Adaptação Setorial de Cidades, entre 1991 e 2024, eventos climáticos extremos atingiram cerca de 92% dos municípios do país, impactando diretamente cerca de 130 milhões de pessoas. Os prejuízos acumulados chegam a cerca de R$ 140 bilhões em danos diretos e ultrapassam R$ 600 bilhões em perdas econômicas totais. O Plano também identifica 1.942 municípios com alta vulnerabilidade a deslizamentos, enchentes e enxurradas, reforçando a necessidade de ampliar investimentos em infraestrutura urbana resiliente e em políticas de adaptação climática (MMA et al., 2025).

Portanto, tanto os dados do IFS quanto às informações apresentadas pelo Plano Clima evidenciam que, embora o financiamento climático tenha ganhado maior relevância no Brasil, ainda existem desafios significativos relacionados à transparência, rastreabilidade e efetividade dos recursos aplicados, sobretudo nas iniciativas voltadas à adaptação das cidades brasileiras frente aos impactos das mudanças climáticas.

2.2. Novo PAC e adaptação climática

Com o aumento da frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos nas cidades brasileiras, o Novo PAC, responsável pelo investimento do Governo Federal em infraestrutura passou a incorporar iniciativas voltadas à adaptação urbana e ao fortalecimento da resiliência climática. O Programa prevê investimentos totais de aproximadamente R$ 1,8 trilhão, dos quais R$ 1,3 trilhão devem ser executados até 2026, enquanto os R$ 500 bilhões restantes estão previstos para o período posterior. No âmbito do Ministério das Cidades, os investimentos abrangem áreas estratégicas, como saneamento básico, urbanização de assentamentos precários e sistemas de drenagem urbana, buscando reduzir vulnerabilidades socioambientais em regiões periféricas frequentemente afetadas por enchentes, alagamentos e deslizamentos de terra.

Apesar disso, a estrutura de financiamento adotada pelo Programa apresenta desafios importantes quando comparada às diretrizes estabelecidas pelo Plano Clima Adaptação Setorial de Cidades. Alguns desses desafios estão na falta de repasses não reembolsáveis oriundos do Orçamento Geral da União (OGU). Os recursos federais disponíveis são integralmente operacionalizados por meio de linhas de crédito vinculadas ao Fundo de

Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Como consequência, o acesso ao financiamento depende da contratação de empréstimos de longo prazo, o que cria obstáculos para municípios de pequeno porte, localidades com baixa capacidade financeira e consórcios públicos recém-estruturados. Dessa forma, enquanto o Plano Clima aponta a necessidade urgente de ampliar investimentos em adaptação urbana nas regiões mais vulneráveis, o modelo financeiro do Novo PAC acaba condicionando esse processo ao endividamento dos entes locais.

Além das limitações financeiras, também existem desafios relacionados à transparência e ao monitoramento dos investimentos climáticos vinculados ao programa. A inexistência de uma taxonomia climática padronizada ou de marcadores obrigatórios nos sistemas federais dificulta identificar, de forma precisa, quais empreendimentos do Novo PAC efetivamente contribuem para a redução de riscos climáticos urbanos e quais permanecem associados a modelos tradicionais de infraestrutura com elevada emissão de carbono. Soma-se a isso a ausência de dados detalhados em escala intramunicipal, fator que compromete o acompanhamento social, a avaliação da efetividade das políticas públicas e a prestação de contas relacionada aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em torno da transição climática e do desenvolvimento sustentável.

2.3. Estratégias de incidência política e participação juvenil

A crise climática também pode ser vista como uma questão intergeracional. Crianças e jovens de hoje viverão os piores impactos projetados para o século XXI e são os que menos participam das decisões que determinam o tamanho desses impactos (Unicef, 2025). No Brasil, o cenário de vulnerabilidade é ainda mais grave. O país concentra mais de 12 mil favelas e comunidades urbanas, onde residem majoritariamente jovens negros e periféricos e estão mais expostos a eventos climáticos extremos, deslizamentos, inundações e ondas de calor. A pesquisa de Bustamante (2025) confirma que crianças e adolescentes são fisiologicamente mais vulneráveis ao calor extremo e têm exposição mais longa à piora das condições climáticas (Bustamante, 2025).

Para pensar o protagonismo da juventude na integração de diretrizes como o Plano Clima Adaptação Setorial Cidades e o Novo PAC, propõe-se a atuação em 4 principais pilares, sendo eles: a) A produção de conhecimento territorial, contribuindo para a definição de prioridades e interesses coletivos para financiamento climático; b) Litígio climático e advocacy jurídico, buscando vias judiciais para responsabilizar governos sobre a ausência do cumprimento de suas metas e compromissos climáticos; c) mobilização social, traduzindo o Plano Clima Adaptação e Programas como o Novo PAC em linguagem territorial acessível, criando interesse coletivo sobre o desenvolvimento e implementação das iniciativas; d) Cobrança por recursos para Inovação comunitária, pressionando transparência e critérios que viabilizem o

acesso a fontes de financiamento climático pelos territórios e pela juventude, alavancando o potencial empreendedor e inovador dos territórios que habitam.

3. Conclusões

A urgência climática impõe ao Brasil o desafio de converter interesses institucionais em uma estrutura financeira coerente, transparente e socialmente justa. Ao analisar a intersecção entre o Novo PAC, o Plano Clima Adaptação Setorial de Cidades e os parâmetros do Índice de Finanças Sustentáveis (IFS), este trabalho avaliou que, embora o país ocupe uma posição estratégica na captação de recursos globais, a engrenagem interna do financiamento climático ainda carece de alinhamento e efetividade.

Os principais gargalos identificados concentram-se na operacionalização financeira e na governança dos dados. O modelo adotado pelo Novo PAC, baseado majoritariamente em linhas de crédito reembolsáveis, impõe um modelo de endividamento que pune justamente os municípios de menor porte e maior vulnerabilidade socioambiental e que podem ser os alvos prioritários do Plano Clima Cidades devido a sua vulnerabilidade. Essa limitação é agravada pela opacidade na rastreabilidade dos recursos. Ausência de uma taxonomia climática padronizada e de dados intramunicipais detalhados impede o monitoramento social e a avaliação real do impacto socioambiental desses investimentos na infraestrutura urbana.

Frente a esse cenário de vulnerabilidade assimétrica e exclusão financeira, a juventude emerge não apenas como o grupo afetado pelo problema climático intergeracional, mas como vetor indispensável de transformação e mobilização social. A atuação da juventude de forma estruturada nos pilares da produção de conhecimento territorial, do litígio climático, da mobilização popular e da exigência por recursos para inovação comunitária apresenta-se como um caminho estratégico para democratizar o debate e pressionar as tomadas de decisão no país em busca de mais resiliência e comate a crise climática.

Em suma, para que o Brasil consolide sua liderança climática global, é imperativo reformular os mecanismos de repasse do Novo PAC, garantindo recursos não reembolsáveis para a adaptação das cidades mais vulneráveis, além de institucionalizar ferramentas rigorosas de transparência orçamentária. Somente através de uma governança aberta, que preveja a prestação de contas detalhada e a participação ativa e institucionalizada da sociedade civil e de suas juventudes, será possível transformar o financiamento climático em uma ferramenta de promoção de financiamento climático no Brasil.

Referências

- Bustamante, M. M. da C. (2025). Climate change and children's health: resilience challenges for Brazil. Jornal de Pediatria, 101, S3–S9. https://doi.org/10.1016/j.jped.2024.11.002
- Casa Civil. (2025). Novo PAC. Https://Www.Gov.Br/Casacivil/Pt-Br/Novopac/Conheca-o-Programa.
- Guzmán, S., Barbosa, O., Escalante, D., & Parrado Andina, L. (2025). IFS 2025.docx. https://www.sustainablefinance4future.org/_files/ugd/32948d_3925fd35c46e49c6ab8e28d46e225b7c.pdf
- MMA, MCTI, & CC/PR. (2025). PLANO CLIMA ADAPTAÇÃO - Plano Setorial de Cidades. https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/mudanca-do-clima/planosetorial-cidades.pdf
- MMA, MCTI, & CC/PR. (2025). PLANO CLIMA ADAPTAÇÃO - Estratégia Nacional de Adaptação. https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/mudanca-do-clima/estrategia-nacional-de-adaptacao.pdf
- Unicef. (2025). The impact of climate change on child and youth poverty in Latin America. www.unicef.org/lac

Declaração do Uso de Inteligência Artificial

Os autores desse trabalho declaram que utilizaram ferramentas de inteligência artificial de forma direta e indireta para revisão de textos, tratamento de informações e interpretação de dados.

IV. Desafios e perspectivas para a participação da juventude nas COPs: contribuições do Sul Global

Autores:
Iasmin Albuquerque Silva
Indira Gabriela Pessoa de Oliveira
Isabela Buxbaum Marinho Guerra
Isabela da Silva
Isabella Ribeiro Barbosa
Jéssica Kogin Primon
Julia Luiz Teles Caetano

Introdução

Atualmente, as mudanças climáticas representam um dos maiores desafios para a humanidade, impactando de forma desigual populações e regiões ao redor do mundo (IPCC, 2023). Em se tratando de um problema que tem progredido ao longo do tempo, a crise climática representa um risco não somente às presentes, mas às futuras gerações. Nesse contexto, é essencial que crianças e jovens participem dos espaços decisórios sobre o clima, considerando que estes representam um dos grupos mais vulnerabilizados diante dos efeitos da crise climática (UNICEF, 2021). Assim, é necessário fortalecer sua inclusão efetiva nos processos de tomada de decisão, reconhecendo-os não apenas como indivíduos impactados, mas também como agentes políticos essenciais na criação de soluções mais justas e sustentáveis para a crise climática.

Desde a instituição da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e da realização anual das Conferências das Partes (COPs), os mecanismos de participação da sociedade civil nas negociações climáticas internacionais foram expandidos (UNFCCC, 2012). Entre esses atores, crianças e jovens têm conquistado maior visibilidade, especialmente por meio da atuação do Official Youth Constituency of the UNFCCC (YOUNGO), que consolidou espaços próprios de articulação e incidência política da juventude dentro e fora das COPs (YOUNGO, 2023). A crescente participação dos jovens demonstra que o sucesso das negociações climáticas depende da inclusão intergeracional nos processos decisórios e da construção de políticas públicas mais inclusivas, democráticas e sustentáveis (UNICEF, 2021; YOUNGO, 2023).

Entretanto, apesar dos progressos institucionais das últimas décadas, a participação da juventude nas COPs ainda enfrenta muitas desigualdades estruturais. Barreiras econômicas,

linguísticas, tecnológicas e sociais limitam o acesso desses jovens aos espaços de negociação internacional, perpetuando as desigualdades históricas entre Norte e Sul Global. (YOUNGO, 2023). No contexto brasileiro, essas desigualdades tornam-se ainda mais evidentes diante das dificuldades enfrentadas por jovens negros e indígenas para acessar estruturas internacionais de participação, como evidenciado durante a COP30 (Cruz, 2025; Pública, 2025).

Diante desse cenário, o presente estudo examina as oportunidades e os obstáculos para a participação da juventude nas COPs, com ênfase na participação de jovens do Sul Global. Para isso, examina a evolução histórica da inclusão de crianças e jovens na diplomacia climática, as barreiras estruturais à efetivação dessa participação e a necessidade de fortalecimento de mecanismos interseccionais, garantindo autonomia financeira às iniciativas existentes, como o YOUNGO, e oportunizando uma participação efetivamente inclusiva nos processos da governança climática internacional.

A importância da participação da juventude na história das COPs

A proteção jurídica do meio ambiente e clima do ponto de vista internacional é um tema relativamente recente. Especialmente a partir da Convenção de Estocolmo (1972) e da Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), ocorrida no Rio de Janeiro, iniciou-se uma corrida internacional para o estabelecimento de normas e acordos mútuos entre Estados com a finalidade de preservar o meio ambiente e o clima às presentes e futuras gerações (Soares, 2001). Dentre os principais resultados desses eventos estão, respectivamente: (i) a adoção de um Plano de Ação para o Meio Ambiente, a definição de aspectos financeiros e organizacionais no âmbito da ONU, e a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA) (ONU, 1972); e (ii) a adoção de duas convenções multilaterais, a UNFCCC e a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), além da subscrição de documentos de fixação de princípios a serem adotados por Governos (ONU, 1992).

Com a adoção da UNFCCC, anualmente, a ONU tem realizado as COPs, evento multilateral que visa enfrentar os desafios relacionados à interferência humana no sistema climático (UNFCCC, 2012). Orientados pelo princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, os Estados-Parte da UNFCCC reconhecem que os Estados que historicamente mais contribuíram para as emissões de gases de efeito estufa (GEE), sobretudo países desenvolvidos, devem subsidiar financeiramente iniciativas para a mitigação e adaptação climática em países em desenvolvimento (UNFCCC, 2012). Mais recentemente, os pilares de mitigação, adaptação, financiamento, tecnologia e capacitação da UNFCCC têm sido pautados de maneira interseccional, incluindo dimensões de gênero e raça (especialmente

os direitos de povos indígenas e tradicionais), além da participação da juventude (COP30 Brasil Amazônia, 2025).

A inclusão de jovens em debates institucionais estratégicos sobre meio ambiente e clima é mais do que uma necessidade, em razão do potencial de afetar seus modos de vida. Nesse sentido, desde 2005, o YOUNGO exerce uma importante atuação em rede para mobilização de crianças e jovens ativistas de até 35 anos para contribuírem com a formulação de políticas intergovernamentais sobre mudanças climáticas e para se engajarem nos processos da UNFCCC (YOUNGO, 2023). Uma das principais contribuições do YOUNGO nos últimos anos foi a redação do Artigo 12 do Acordo de Paris, que trata do aprimoramento da educação, treinamento, conscientização pública, participação e acesso à informação sobre mudanças climáticas (YOUNGO, 2017).

Além disso, o YOUNGO tem realizado publicações sobre o desenvolvimento de capacidades em relação aos programas de trabalho da UNFCCC, as necessidades da juventude africana em relação à ação climática, bem como balanços sobre os processos recentes da UNFCCC (2024). O YOUNGO também é responsável pela organização da Conferência da Juventude (COY), além de conferências locais (LCOYs) e regionais (RCOYs), promovendo espaços independentes para o planejamento e elaboração de estratégias como forma de contribuição às negociações no âmbito da UNFCCC (YOUNGO, 2023). Apesar desses avanços, a inclusão de jovens em espaços de negociação e até mesmo em políticas climáticas tem ocorrido de maneira gradual: de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), somente cerca de 40% das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) dos Estados-Parte do Acordo de Paris contêm referências diretas a crianças ou jovens (YOUNGO, 2023).

Especificamente quanto aos espaços de tomada de decisão, a existência de ambientes paralelos e apartados para discussão tem seus lados positivos e negativos. Por um lado, o caráter independente das COYs, LCOYs e RCOYs permite que os assuntos abordados sejam livremente escolhidos pelos jovens participantes, cujos resultados concretos podem ser observados por meio do primeiro e segundo Relatórios de Balanço da Juventude (YST), de 2023 e 2024, respectivamente, focando na inclusão de jovens nas políticas climáticas dos Estados-Parte a partir de metodologias inéditas de avaliação (entrevistas, checklists e estudos de caso). Por outro, a aplicação das metodologias elaboradas pela juventude ainda encontra barreiras de aplicação nas NDCs dos Estados, os quais necessitam ser mais receptivos e abertos à colaboração com os jovens para o aprimoramento de políticas climáticas (YOUNGO, 2023). Essa lacuna afeta processos de avaliação e monitoramento das intervenções sugeridas pelos jovens aos Governos, enfraquecendo uma iniciativa que poderia ser capilarizada em nível local e regional.

Do mesmo modo, o próprio financiamento do YOUNGO é um limitante à efetivação da participação dos jovens na UNFCCC, em razão de sua estrutura ser baseada em financiamento voluntário, especialmente por meio de subsídios governamentais, agências da ONU e fundações, como o UNICEF e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e contribuições de organizações não governamentais (YOUNGO, 2017). A assimetria de participação se torna maior considerando jovens do Norte e Sul Global, ainda que os últimos tenham sido mais atingidos pelas mudanças climáticas (YOUNGO, 2017). Não se trata somente de problemas relacionados ao financiamento para participação na conferência, mas ao acesso à informação e às infraestruturas que possibilitam o engajamento dessa juventude em políticas climáticas nacional e internacionalmente (YOUNGO, 2017).

Em 2025, a COP30, realizada em Belém (PA) no Brasil, evidenciou inúmeras barreiras à participação de jovens amazônicos na conferência, como a necessidade de fluência em língua inglesa (Cruz, 2025). Tal requisito desconsidera problemas estruturais na região, como o analfabetismo, em que o Norte figura na segunda posição entre as regiões com menor taxa de alfabetização do País (IBGE, 2023). Do mesmo modo, o critério desconsidera que essa região abriga a maior parcela de indígenas do Brasil (IBGE, 2025), grandes responsáveis pela preservação da biodiversidade no planeta (Agência Brasil, 2024) e os principais responsáveis pela manutenção dos biomas brasileiros (MAST, 2023). Apesar de sua importância, são um dos grupos mais vulneráveis socioeconomicamente no Brasil e figuram entre os mais atingidos por queimadas, ondas de calor, alteração no nível do mar e outros eventos climáticos relacionados ao aquecimento global (CIMI, 2021).

Além da fluência em inglês, no âmbito do programa Jovem Campeão Climático da COP30, cujo objetivo era selecionar representantes de 18 a 35 anos para o evento, outras barreiras foram identificadas, por exemplo, a necessidade de passaporte internacional válido (mesmo para brasileiros), comprovação de experiência mínima de cinco anos em temas ambientais e a necessidade de dedicação voluntária no evento, sem a existência de suporte financeiro (Publica, 2025). Desse modo, a COP30 revelou ser mais um espaço de exclusão para a juventude, aprofundando assimetrias sistêmicas, pois, enquanto jovens do Norte Global puderam contar com mais estruturas que viabilizassem sua participação, como o YOUNGO, jovens brasileiros, especialmente negros e indígenas, ficaram de fora da conferência ou restringiram sua participação aos espaços da Green Zone, aberta à sociedade civil.

Esse cenário também reflete a dificuldade para o reconhecimento de crianças e jovens enquanto sujeitos de direitos no plano jurídico, algo muito recente para o sistema internacional de direitos humanos, remontando à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989 (ONU, 1989). Para superar esse cenário, além de fortalecer infraestruturas de representação juvenil já existentes na estrutura organizacional da UNFCCC, é necessário

que os Estados-Partes reformulem suas estratégias internas, considerando a participação da juventude como um eixo transversal às políticas climáticas. Igualmente, o YOUNGO, que já detém uma estrutura organizacional sólida para a articulação com a UNFCCC, necessita de autonomia financeira e não somente independência, possibilitando a equalização da participação de jovens do Norte e Sul Global. Ainda, para que seja efetivamente inclusivo, a interseccionalidade deve ser um pilar de ambas as organizações, possibilitando que mais jovens negros e indígenas alcancem espaços decisórios. Por fim, ainda que essas transformações não tenham sido observadas na COP30, há sempre uma próxima COP (a próxima será realizada na Turquia), sendo mais uma oportunidade para que tais objetivos sejam alcançados.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia que, embora a participação da juventude na diplomacia climática tenha avançado significativamente nas últimas décadas, ainda persistem desigualdades estruturais que limitam sua participação em processos decisórios, especialmente aqueles oriundos do Sul Global. Apesar do desenvolvimento de iniciativas como o YOUNGO, o programa Jovem Campeão Climático e as conferências regionais e locais da juventude, barreiras econômicas, linguísticas e institucionais evidenciam a segregação e a baixa diversidade das vozes presentes nas negociações climáticas internacionais. Essas barreiras, ilustradas, por exemplo, pela dependência de financiamento voluntário e a ausência de políticas estruturais de apoio, reforçam a necessidade de transformação desses espaços para que a participação juvenil seja efetiva na construção de um futuro climático mais justo.

Considerando o exposto, a realização da COP31 na Turquia representa um momento emblemático e mais uma oportunidade para tentar reverter a atual lógica de exclusão. Sediada em uma das potências do Sul Global (Setav, 2025), a Turquia reúne um histórico de conservadorismo, inclusive do ponto de vista climático, tendo ratificado o Acordo de Paris somente em 2021 (Guler & Kumar, 2022). Do mesmo modo, o País se encontra atrasado em relação às suas NDCs, apesar de suas metas estarem atualizadas (Climate Action Tracker, 2025). Em paralelo, nas últimas décadas, o País têm investido em energias renováveis, como energia eólica e solar (Climate Action Tracker, 2025), e promovido diferentes ferramentas regulatórias para enfrentar os desafios do clima e meio ambiente (Guler & Kumar, 2022).

Diante dessas contradições, a COP31 carrega a responsabilidade de ir além dos discursos formais de inclusão, consolidando mecanismos práticos e financeiros que garantam o protagonismo real e a liderança das juventudes, em especial as comunidades historicamente invisibilizadas (como negros e indígenas), nos centro dos processos decisórios. Para isso, é fundamental investimentos diretos em órgãos juvenis já existentes, como o YOUNGO, mas

também a reformulação em estratégias organizacionais, para que a juventude seja incluída de maneira transversal nas agendas dos Estados-Parte. Ainda, para que seja viável a balização da participação da juventude do Norte e Sul Global, mais investimentos devem ser realizados nos últimos, seguindo o mesmo princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. A efetivação dessas mudanças no cenário político climático não representará somente uma mudança de paradigma à nível internacional, mas um importante passo à consolidação do futuro que a própria UNFCCC ambiciona.

Referências bibliográficas

- AGÊNCIA BRASIL. (2024). Ministra diz que indígenas preservam 80% da biodiversidade do planeta. Brasília/DF.
- CLIMATE ACTION TRACKER. (2025). Country summary: Türkiye. Disponível em: https://climateactiontracker.org/countries/turkey/.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. (2021). Mudanças climáticas: um grande desafio para os povos indígenas. Brasil.
- COP30 BRASIL AMAZÔNIA. Sobre a COP30: O que é a COP? Belém: COP30, 2025. Disponível em: https://cop30.br/pt-br/sobre-a-cop30/o-que-e-a-cop. Acesso em: 14 mai. 2026.
- CRUZ, F. (2025). Critérios da COP30 dificultam participação de jovens da Amazônia, dizem ativistas. Belém: Revista Cenarium. Disponível em: https://revistacenarium.com.br/criterios-da-cop30-dificultam-participacao-de-jovens-da-amazonia-dizem-ativistas/.
- GULER, Y. & KUMAR, P. (2022). Climate change policy and performance of Turkiye in the EU harmonization process. Frontiers in Sustainable Cities - Sec. Climate Change and Cities, 4.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2023). Alfabetização. Brasil.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2025). Censo 2022: Brasil tem 391 etnias e 295 línguas indígenas. Brasil.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. (2023). Climate Change 2023: Synthesis Report. Geneva.
- MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. (2023). A importância dos povos indígenas para a preservação da natureza. Brasília/DF. Disponível em: https://www.gov.br/mast/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/a-importancia-dos-povos-indigenas-para-a-preservacao-da-natureza.
- OFFICIAL CHILDREN AND YOUTH CONSTITUENCY OF THE UNFCCC. (2017). Youth Climate: Submission to the SBI Chair on “Ways of enhancing the implementation of training, public awareness, public participation and public access to information so as to enhance actions under the Agreement”. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/931.pdf.

- OFFICIAL CHILDREN AND YOUTH CONSTITUENCY OF THE UNFCCC. (2023). Youth Needs Analysis for Capacity Building towards UNFCCC Work Programmes. [s. l.]. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/report%202023.pdf.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (1989). Convenção sobre os Direitos da Criança. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Genebra.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (1972). Report of the United Nations Conference on the Human Environment. Estocolmo.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (1992). Report of the United Nations Conference on Environment and Development. Rio de Janeiro.
- PUBLICA. (2025). Grupo mais afetado por mudanças climáticas, crianças e adolescentes ficam de fora da COP30. Brasil.
- SOARES, G. F. S. (2001). Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades. São Paulo: Editora Atlas.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. (2021). The Climate Crisis Is a Child Rights Crisis: Introducing the Children's Climate Risk Index. New York.
- UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. (1992). United Nations Framework Convention on Climate Change. New York.
- UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. (2012). United Nations Framework Convention on Climate Change. Bonn.
- UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. (2024). YOUNGO. [s. l.]. Disponível em: https://unfccc.int/topics/action-for-climate-empowerment-children-and-youth/youth/youngo.

V. Incidência das Juventudes na Diplomacia Climática

Autores:
Larissa Brenda Cordeiro de Souza
Lázaro Cezar Dias
Lucas Dias dos Santos
Madalena Izabel Sousa Ferreira
Marcella Melo Silva da Conceição
Maria Antônia Neviani Graça
Maria Carolina Zanetti Passos
Maria Clara Pereira dos Santos

1. Introdução

A crise climática não afeta a todos da mesma forma. De acordo com o Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (MADE-USP), ela recai com maior intensidade sobre os países do Sul Global, sobre as comunidades rurais e periféricas, e nas gerações jovens, que enfrentam as consequências de um modelo de desenvolvimento construído sem sua participação e, na maioria das vezes, sem considerar os territórios onde vivem. A partir dessa realidade compartilhada, posicionamo-nos como jovens brasileiros comprometidos com a justiça climática, no intuito de que este trabalho possa colaborar de forma crítica sobre as questões ligadas ao financiamento para a ação climática a partir da juventude.

A noção de juventude, contudo, não se limita a um critério meramente biológico ou etário, sendo também compreendida como uma construção social, histórica, cultural e política. Conforme analisa Pierre Bourdieu (1983), a juventude constitui-se categoria atravessada por diferentes condições econômicas, territoriais, raciais e culturais. As Nações Unidas adotam, para fins estatísticos, a delimitação entre 15 e 24 anos de idade. No Brasil, o conceito foi ampliado pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), que reconhece como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos.

Os espaços internacionais de governança climática, com destaque para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e o Acordo de Escazú, organizam-se como territórios de disputa onde o futuro ambiental da América Latina e do mundo é negociado. No entanto, a participação de jovens nesses fóruns permanece limitada. Barreiras estruturais como ausência de financiamento acessível, exigências de idioma, linguagem técnica excludente, baixa representação de jovens rurais e do Sul Global, e dinâmicas institucionais que concentram o poder de decisão em atores já consolidados (YOUNGO, 2023), apresentam-se como desafios a serem enfrentados pela sociedade.

Cabe destacar que os saberes acumulados por jovens em suas diferentes concepções sociais, construídos na prática e na convivência com a terra ao longo de gerações, raramente são reconhecidos como legítimos nos espaços diplomáticos internacionais, que ainda dão precedência ao saber científico sobre o conhecimento vivido e territorial (UNESCO, 2024; Millar et al., 2024). Este trabalho analisa o papel das juventudes nos processos internacionais de diplomacia climática, com foco na UNFCCC e no Acordo de Escazú, a partir de uma perspectiva crítica e coletiva do Sul Global.

2. Juventude pelo Clima

2.1. Da Idealização

As juventudes têm ampliado sua capacidade de incidência política e influência sobre a agenda climática internacional. Um dos principais exemplos desse avanço foi a criação da YOUNGO, grupo oficial de crianças e jovens da sociedade civil junto à UNFCCC. O grupo atua articulando jovens de diferentes países, produzindo posicionamentos políticos, organizando eventos e pressionando negociadores para incorporar demandas relacionadas à justiça climática, adaptação e participação social trazidas pelas juventudes (Magno, 2024). No caso brasileiro, a preparação para a COP30, realizada em 2025 em Belém, também impulsionou iniciativas voltadas à participação juvenil. Em 2024, o governo federal criou a Coordenação para a Participação da Juventude na COP30, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, com o objetivo de ampliar o envolvimento de jovens nos processos preparatórios da conferência. A iniciativa buscou fortalecer mecanismos de escuta, articulação e incidência política das juventudes brasileiras na agenda climática internacional (Secretaria-Geral da Presidência da República, 2024; Pickering et al., 2020).

2.2. À Ação

Iniciativas internacionais como a Youth4Climate, coordenada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Governo da Itália, representam um importante avanço ao ampliar mecanismos de financiamento, capacitação e visibilidade para projetos climáticos liderados por jovens.



https://www.undp.org/romecentre/our-programmes/youth4climate

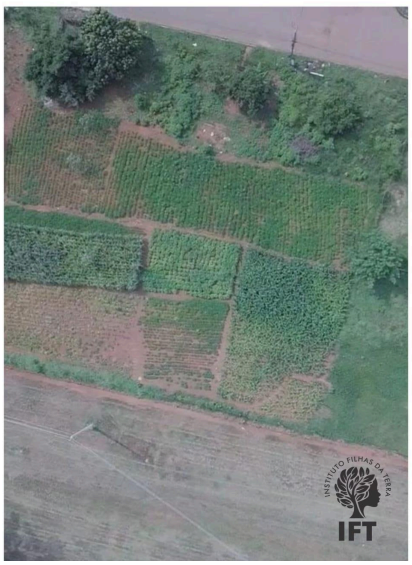
No caso brasileiro, a Escola Rural de Ativismo (ERA), no Sul da Bahia promoveu a adaptação de escolas rurais para enfrentar o aumento das temperaturas extremas, incorporando soluções como ventilação natural, iluminação adequada, hortas alimentares e melhorias sanitárias.



https://www.invivo.fiocruz.br/clima/juventude-e-clima/

Outro exemplo é o Coletivo Utopia Negra Amapaense, que atua com oficinas de justiça climática e eleitoral em escolas periféricas de Macapá, articulando questões ambientais, raciais e territoriais. No Distrito Federal, existe uma iniciativa liderada por jovens mulheres negras e indígenas em contexto urbano que atuam por meio de ações socioambientais nas periferias do Distrito Federal que vai desde campanhas educativas e de incidência política pela despoluição do Rio Melchior, o rio mais poluído do Distrito Federal, como também na educação ambiental de forma intergeracional, conectando a ancestralidade,

interseccionalidade, cultura hip hop e justiça climática. A instituição também atua por meio da agricultura urbana e periurbana, construindo coletivamente hortas comunitárias em áreas de desertos alimentares, promovendo não só soberania alimentar mas também espaços comunitários de autocuidado sem muitos recursos financeiros como a Floresta da Nazaré, em Ceilândia e no Coletivo Mulheres do Sol, no Sol Nascente, em que são as maiores periferias do DF em densidade populacional e o Sol Nascente, considerado como a maior favela da América Latina (IBGE, 2022).



Horta Comunitária Floresta da Nasaré. Fonte: Instituto Filhas da Terra, 2026.

2.3. À Democratização da Governança Climática

A representação juvenil nos fóruns climáticos internacionais ainda ocorre de forma desigual, reproduzindo assimetrias históricas entre Norte e Sul Global (UNDP, 2022; Commonwealth Secretariat & YOUNGO Finance and Markets Working Group, 2023). Além disso, o financiamento climático ocupa papel central nesse debate. Grande parte dos recursos permanece concentrada em governos, grandes organizações internacionais e instituições já consolidadas. Pequenos coletivos, movimentos territoriais e iniciativas comunitárias frequentemente enfrentam dificuldades para acessar financiamento devido às exigências técnicas e burocráticas impostas pelos modelos tradicionais de gestão de recursos internacionais (Commonwealth Secretariat & YOUNGO Finance and Markets Working Group, 2023). Algumas estratégias destacam-se como caminhos possíveis para fortalecer a incidência política das juventudes nos espaços internacionais de decisão climática; quais sejam, criação de fundos específicos para participação de jovens do Sul Global em negociações internacionais; ampliação de políticas de tradução e acessibilidade linguística;

inclusão de representantes juvenis em espaços decisórios formais; fortalecimento de redes regionais latino-americanas de juventude climática; reconhecimento institucional de saberes tradicionais e comunitários; aproximação entre diplomacia climática e experiências territoriais locais. Na América Latina, o Acordo de Escazú apresenta potencial relevante ao defender mecanismos de participação pública, acesso à informação ambiental e proteção de defensores ambientais (Economic Commission for Latin America and the Caribbean [ECLAC], 2018; UNDP, 2022).

3. Conclusões

As juventudes vêm se consolidando como sujeitos políticos capazes de articular adaptação climática, justiça socioambiental, mobilização comunitária e inovação territorial. Iniciativas como a Youth4Climate e projetos desenvolvidos no Brasil evidenciam que o fortalecimento da participação juvenil depende da abertura de espaços institucionais, e também da ampliação do financiamento, da formação política e do reconhecimento dos saberes comunitários e tradicionais como parte legítima das soluções climáticas.

Ampliar a incidência das juventudes na governança climática internacional significa, inclusive, democratizar os processos de decisão, aproximando os acordos globais das realidades vividas nos territórios. Em um contexto de agravamento das mudanças climáticas, incorporar as vozes, experiências e conhecimentos das juventudes do Sul Global constitui-se condição necessária para a construção de respostas climáticas mais justas, inclusivas e efetivas.

Ademais, reconhecer as juventudes como agentes centrais da ação climática implica compreender que as respostas à crise não podem ser construídas exclusivamente a partir de espaços institucionais distantes dos territórios. Jovens que vivem e atuam em comunidades rurais, periféricas, indígenas e tradicionais ocupam posição estratégica na articulação entre os acordos internacionais e as realidades locais, traduzindo debates globais em práticas concretas de adaptação climática, preservação ambiental e fortalecimento comunitário. São essas juventudes que, ao permanecerem nos territórios, acumulam experiências e conhecimentos fundamentais para a construção de soluções baseadas na natureza e de estratégias de resiliência climática socialmente enraizadas.

Mais do que futuros beneficiários das políticas ambientais, as juventudes já atuam como protagonistas das transformações em curso, conectando mobilização social, cuidado com o território e construção coletiva de alternativas sustentáveis. Assim, o fortalecimento das juventudes na agenda climática internacional depende de sua presença nos espaços institucionais, e do reconhecimento de sua capacidade de produzir conhecimento, mobilizar comunidades e construir respostas climáticas conectadas ao Sul Global.

Enquanto jovens pesquisadores e participantes desse processo, também reconhecemo-nos como parte das transformações aqui discutidas. Somos brotos de uma árvore que ainda está em formação, construindo hoje as bases para que, no futuro, floresçam frutos de justiça climática, desenvolvimento sustentável e participação democrática.

4. Referências

- Pierre Bourdieu. (1983). A juventude é apenas uma palavra. In P. Bourdieu, Questões de sociologia. Rio de Janeiro, RJ: Marco Zero.
- BRASIL. (2013). Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013: Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Diário Oficial da União.
- Commonwealth Secretariat, & YOUNGO Finance and Markets Working Group. (2023). The availability of climate finance for youth. Commonwealth Secretariat.
- Economic Commission for Latin America and the Caribbean. (2018). Regional agreement on access to information, public participation and justice in environmental matters in Latin America and the Caribbean (Escazú Agreement). United Nations.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Censo demográfico 2022: Resultados preliminares. IBGE.
- C. Magno. (2024, June 26). A importância da juventude nas discussões sobre questões climáticas. COP DOL.
- C. I. Millar, et al. (2024). The framing of Indigenous and local ecological knowledge amidst climate change education in the COP27 cyberspace. Climate Policy.
- United Nations. (1981). Resolution 36/28 of the General Assembly: International Youth Year: Participation, development and peace.
- United Nations. (n.d.). Definition of youth. United Nations.
- Jonathan Pickering, Karin Bäckstrand, & David Schlosberg. (2020). Between environmental and ecological democracy: Theory and practice at the democracy–environment nexus. Journal of Environmental Policy & Planning, 22(1), 1–15.
- Secretaria-Geral da Presidência da República. (2024, August 26). Criada a Coordenação para a participação da Juventude na COP30. Governo Federal do Brasil. Governo Federal do Brasil
- UNESCO. (2024). Local and Indigenous Knowledge Systems and Climate Change. UNESCO.
- United Nations Development Programme. (2022). Elevating meaningful youth engagement for climate action. UNDP.

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2026). Youth4Climate: financiamento, aprendizagem, visibilidade e conexões para ações climáticas lideradas por jovens.
- YOUNGO. (2023). Youth stocktake of the UNFCCC processes. Voices for Just Climate Action. Voices for Just Climate Action

Declaração de IA

Chat GPT utilizado na formatação das referências.

VI. Finanças Climáticas e Perfil de Emissões no Estado do Pará: Uma análise crítica do Índice de Finanças Sustentáveis e dos recursos do Fundo Clima como estratégia estadual de mitigação e adaptação

Autores:
Mayara Alves Barbosa
Mayris do Nascimento Carvalho
Marina Guião de Souza Lima
Matheus Bueno Patrício
Matheus Monteiro Costa
Matheus Felipe Gonçalves de Souza

1. Introdução

O financiamento climático tornou-se um dos principais instrumentos de resposta à crise climática global, especialmente em países com elevada relevância ambiental, como o Brasil. Nas últimas décadas, o país ampliou sua participação em compromissos internacionais relacionados à mitigação das mudanças climáticas, adaptação e conservação da biodiversidade, assumindo metas no âmbito do Acordo de Paris, das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e do Acordo de Escazú. Nesse contexto, a disponibilidade de informações qualificadas sobre financiamento climático, transparência orçamentária e direcionamento dos recursos tornou-se essencial para subsidiar a formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas (BRASIL, 2009; UNFCCC, 2015; CBD, 1992).

No âmbito nacional, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009, estabeleceu princípios e instrumentos voltados à redução das emissões de gases de efeito estufa e ao fortalecimento da resiliência climática. Entre esses instrumentos destaca-se o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), regulamentado pelo Decreto nº 7.343/2010, com a finalidade de financiar projetos, estudos e empreendimentos alinhados à transição para uma economia de baixo carbono. A partir de 2024, sua operacionalização passou a adotar a Taxonomia Sustentável do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, metodologia que classifica os investimentos conforme

sua contribuição para objetivos ambientais e climáticos, ampliando a transparência e a rastreabilidade dos recursos públicos (BRASIL, 2010; BNDES, 2024).

Nesse cenário, o Pará destaca-se por sua relevância territorial e ambiental. Com aproximadamente 1,25 milhão de km², o estado representa 14,6% do território nacional e abriga cerca de 23,9% da Amazônia brasileira. Sua ampla diversidade de ecossistemas, incluindo florestas, várzeas, manguezais e importantes bacias hidrográficas, como as dos rios Amazonas, Tapajós e Tocantins, reforça sua importância estratégica para a conservação da biodiversidade, a regulação climática e a análise da alocação dos recursos do Fundo Clima (IBGE, 2024; INPE, 2024).

Diante desse cenário, o presente trabalho busca analisar criticamente a relação entre o perfil de emissões do Estado do Pará, as informações apresentadas pelo Índice de Finanças Sustentáveis (IFS) e os recursos direcionados pelo Fundo Clima. Parte-se da hipótese de que o estado apresenta uma estrutura de financiamento climático marcada por mecanismos compensatórios e reativos, ainda insuficientes para promover transformações estruturais alinhadas às necessidades de mitigação e adaptação climática.

2. Desenvolvimento

A análise foi desenvolvida a partir de pesquisa documental baseada principalmente no Índice de Finanças Sustentáveis (IFS/GFLAC), complementada por informações do Painel do Fundo Clima do BNDES, dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), documentos do Centro Brasil no Clima e materiais relacionados à governança climática estadual. Além de interpretar os dados disponíveis, o trabalho busca compreender como as limitações de transparência e desagregação das informações influenciam a tomada de decisões e dificultam o monitoramento social dos recursos climáticos.

Apesar de sua relevância ecológica, o Pará apresenta forte presença de atividades associadas ao desmatamento, à expansão agropecuária e às mudanças no uso da terra, fatores que o colocam entre os maiores emissores de gases de efeito estufa do Brasil. Em 2023, as emissões estaduais somaram aproximadamente 277,7 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO_2e). O setor de Mudança de Uso da Terra e Florestas respondeu por 205,5 milhões de tCO_2e (74% do total), refletindo os impactos do desmatamento, das queimadas e da conversão de florestas em pastagens e áreas agrícolas (Observatório do Clima, 2025).

Os valores elevados de emissão, podem se relacionar com o IFSS. Esse foi construído a partir de dados de 2024, posicionando o Pará em primeiro lugar no ranking nacional, com pontuação de 2,5 (nível "Médio Alto"). Esse resultado, no entanto, encobre uma contradição

estrutural: o estado lidera o índice não por uma estratégia ativa de descarbonização, mas, em grande medida, em razão do passivo ambiental que carrega, que se correlaciona com emissões do Estado (GFLAC, 2024).

Na variável de Receitas Sustentáveis, o Pará registra 3,35% do total arrecadado, sendo o único estado no nível "Médio Alto". No entanto, 93,18% desse montante provém da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), instrumento de caráter punitivo cobrado a empresas potencialmente poluidoras. Sua arrecadação cresce quando conforme a pressão sobre o meio ambiente, não quando avança a transição para práticas mais limpas. Receitas proativas, como pagamentos por serviços ecossistêmicos, títulos verdes, fundos climáticos, têm participação residual, confirmando o diagnóstico do próprio IFSS de um modelo "essencialmente reativo e não estratégico". Nas Receitas Intensivas em Carbono, o Pará ocupa posição "Médio Baixo" (2,34%), com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) respondendo por cerca de metade dessa arrecadação, refletindo o peso da mineração industrial no estado e os riscos fiscais associados à crescente contestação internacional dessa atividade em zonas ambientalmente sensíveis (GFLAC, 2024).

Nas Despesas Sustentáveis, o estado destina 1,42% do orçamento, o que o coloca abaixo da média nacional de 1,62%, ocupando a 14ª posição e expondo uma assimetria relevante em relação à sua liderança nas receitas. Nas Despesas Intensivas em Carbono (3,40%, nível "Médio Baixo"), predominam investimentos em infraestrutura rodoviária que, no contexto amazônico, funcionam historicamente como vetores de desmatamento, ampliando o impacto territorial dessas despesas para além das emissões diretas do modal (GFLAC, 2024).

O IFSS, ao utilizar a base FINBRA/SICONFI como fonte primária, oferece uma leitura padronizada e comparável das finanças estaduais, e representa um grande avanço metodológico. No entanto, os limites do que o índice consegue capturar revelam uma lacuna estrutural do sistema de transparência fiscal do próprio estado. O Pará dispõe de um arcabouço institucional climático relativamente estruturado – que inclui a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC, Lei nº 9.048/2020), o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), o Plano Estadual de Bioeconomia (Planbio) e o projeto "Descarboniza Pará", financiado pelo BID com investimento de US$ 300 milhões, mas a estrutura orçamentária estadual não permite verificar, de forma sistemática e acessível, em que medida esses compromissos se traduzem em execução financeira efetiva. A ausência de subfunções específicas para mitigação e adaptação, a falta de desagregação por bioma ou programa, e a dificuldade de cruzar dotações previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) com valores efetivamente executados adiciona outra camada que ainda precisa ser melhor analisada na relação entre o planejamento climático formal do estado e os recursos que o sustentam.
No que se refere ao acesso aos recursos climáticos, o Pará já recebeu aproximadamente R$1 bilhão por meio do Fundo Clima, distribuído em oito operações. Desse total, R$484 milhões

foram destinados a projetos de florestas nativas, R$128 milhões a iniciativas relacionadas a recursos hídricos, logística e ao FINAME Verde, e R$106 milhões a operações classificadas como apoio. Outros R$95 milhões contemplaram setores como agropecuária, comércio e serviços, demonstrando a diversidade de áreas apoiadas pelo fundo (BNDES, 2026).

Na classificação por finalidade, observa-se avanço no equilíbrio entre mitigação e adaptação. Em 2024, foram destinados R$214 milhões para mitigação e R$80 milhões para adaptação. Em 2025, os valores alcançaram R$278 milhões e R$183 milhões, respectivamente. Já em 2026, os recursos totalizaram R$180 milhões para cada agenda, indicando maior atenção às vulnerabilidades climáticas do estado. Como uma mesma operação pode ser enquadrada em mais de uma categoria, os valores setoriais não correspondem exatamente ao total desembolsado (BNDES, 2026).

Os resultados indicam que os investimentos do Fundo Clima estão, em grande parte, alinhados aos principais desafios socioambientais do Pará, especialmente aqueles relacionados ao desmatamento, principal fonte de emissões de gases de efeito estufa no estado. No entanto, a baixa desagregação das informações e a concentração em grandes operações dificultam a avaliação da efetividade dos recursos e do acesso por pequenos produtores, organizações da sociedade civil e negócios de impacto socioambiental (SEEG, 2025; PARÁ, 2025).

Embora o Pará apresente bom desempenho no Índice de Finanças Sustentáveis Subnacional (IFSS), parte desse resultado está associada a receitas oriundas de compensações por passivos ambientais. Esse cenário reforça a necessidade de consolidar mecanismos financeiros mais estruturados, transparentes e inclusivos, articulados ao fundo estadual em construção e ao fortalecimento da governança participativa, de modo a ampliar a capacidade do estado de reduzir emissões, adaptar comunidades vulneráveis e promover um desenvolvimento sustentável de longo prazo (CLIMATE POLICY INITIATIVE, 2025; WESTIN et al., 2026).

3. Recomendações e Conclusões

O estudo evidencia que o Pará ocupa posição estratégica no debate sobre mudanças climáticas e financiamento sustentável, em razão de sua relevância ecológica e do elevado volume de emissões associado ao desmatamento e à agropecuária. Apesar de liderar o Índice de Finanças Sustentáveis Subnacional, esse desempenho ainda depende, em grande medida, de receitas compensatórias e fiscalizatórias, e não de uma estratégia consolidada de transição para uma economia de baixo carbono.

Diante desse cenário, recomenda-se ampliar a transparência orçamentária e financeira, com mecanismos que permitam identificar claramente os recursos destinados à mitigação,

adaptação, conservação da biodiversidade e bioeconomia. Também é fundamental estruturar fontes permanentes de financiamento, como fundos estaduais, pagamentos por serviços ecossistêmicos, créditos de carbono jurisdicionais e outros instrumentos financeiros sustentáveis, reduzindo a dependência de receitas de caráter reativo.

Os investimentos devem estar mais alinhados ao perfil de emissões do estado, priorizando ações de prevenção e controle do desmatamento, restauração florestal, agricultura de baixo carbono e adaptação de comunidades vulneráveis. Além disso, é necessário ampliar o acesso ao Fundo Clima e a outros mecanismos financeiros por parte de cooperativas, pequenos produtores, negócios de impacto, organizações da sociedade civil e comunidades tradicionais, com a redução de barreiras técnicas e burocráticas.

Conclui-se que o Pará possui potencial para se tornar referência nacional em finanças climáticas, desde que fortaleça mecanismos financeiros mais estratégicos, transparentes e inclusivos, aliados a uma governança participativa com envolvimento de povos indígenas, comunidades quilombolas, juventudes e demais atores territoriais.

4. Referências

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Painel do Fundo Clima. Rio de Janeiro: BNDES, [s. d.]. Disponível em: Painel do Fundo Clima – BNDES. Acesso em: 18 maio 2026.
- BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2009. Disponível em: Lei nº 12.187/2009 – Planalto. Acesso em: 18 maio 2026.
- BRASIL. Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010. Regulamenta o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – Fundo Clima. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 out. 2010. Disponível em: Decreto nº 7.343/2010 – Planalto. Acesso em: 18 maio 2026.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Relatório anual de execução do Fundo Clima: exercício 2024. Brasília, DF: MMA, 2025.
- CENTRO BRASIL NO CLIMA. Panorama dos estados brasileiros frente à agenda climática. [S. l.]: Centro Brasil no Clima, 2024.
- GRUPO DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (GFLAC). Índice de Finanzas Sostenibles – Brasil. Cidade do México: GFLAC, 2024. Disponível em: GFLAC – Índice de Finanzas Sostenibles. Acesso em: 18 maio 2026.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Climate Change 2023: Synthesis Report. Geneva: IPCC, 2023. Disponível em: IPCC AR6 Synthesis Report. Acesso em: 18 maio 2026.

- OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG). São Paulo: Observatório do Clima, 2025. Disponível em: SEEG – Observatório do Clima. Acesso em: 18 maio 2026.
- PARÁ. Plano Plurianual 2024–2027. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2023.
- PARÁ. Decreto nº 4.774, de 2 de julho de 2025. Homologa o Plano Estadual para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Plano ABC+ PA) e cria o Grupo Gestor Estadual do Plano ABC+ PA. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, PA, n. 36.283, 2 jul. 2025.
- REDE DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS (REDFIS). Policy Briefs. [S. l.]: REDFIS, 2024. Disponível em: REDFIS. Acesso em: 18 maio 2026.
- TALANOA, Instituto. Financiamento climático por inteiro: o ecossistema do financiamento climático no Brasil. Brasília, DF: Instituto Talanoa, 2024. Disponível em: Instituto Talanoa – Financiamento Climático por Inteiro. Acesso em: 18 maio 2026.
- WESTIN, F.; ARAÚJO, B.; BELO, K.; SYRKIS, G.; WILLS, W. Anuário Estadual de Mudanças Climáticas. 2. ed. Sumário executivo. Rio de Janeiro: Centro Brasil no Clima; Instituto Clima e Sociedade, 2026.

Declaração de uso de inteligência artificial

Em conformidade com os critérios de apresentação estabelecidos no guia da terceira avaliação do Programa Jovens pelas Finanças Sustentáveis 2026, declara-se que, durante a elaboração deste trabalho, foi utilizada a ferramenta ChatGPT com as seguintes finalidades:

j) organização preliminar da estrutura do documento conforme as normas ABNT e os requisitos do guia avaliativo;

k) revisão de redação, coesão textual e adequação à norma culta;

l) sumarização de fontes documentais para subsidiar a fundamentação teórica.

Esclarece-se que todos os conteúdos analíticos, interpretações dos dados, posicionamentos políticos e propostas de incidência apresentados no trabalho são de autoria integral dos integrantes do Grupo 6, fundamentados nas discussões coletivas realizadas ao longo da formação.

VII. O papel da juventude na diplomacia climática: Análise de atuação ativa nos temas de financiamento climático na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Autores:
Michael Antonio Piffer
Muriel D'Avila
Nathan Gabriel Cerqueira Carvalho
Nayara Corrêa de Toledo
Nikolas Maciel Carneiro
Pedro Henrique Gomes Passarini
Priscila Drozdek de Alcântara

1. Introdução

A crescente intensificação da crise climática tem ampliado a importância dos fóruns multilaterais de governança ambiental, especialmente da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e de sua Conferência das Partes (COP). A Convenção estabeleceu como pilares centrais da ação climática internacional a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, a adaptação aos impactos climáticos, e os meios de implementação: financiamento climático, transferência de tecnologia e a capacitação dos países. Nesse contexto, a COP tornou-se o principal espaço internacional de tomada de decisão climática (UNFCCC Learn, s.d.).

A complexidade institucional das negociações e a formação de blocos entre países evidenciam que a capacidade de incidência política depende não apenas da participação formal, mas também da articulação coletiva e do acesso a redes de poder e financiamento (Política Por Inteiro, 2025). Nesse contexto, a influência efetiva da juventude nesses fóruns ainda enfrenta limitações estruturais, como barreiras financeiras, dificuldade de acesso à informação técnica e baixa inserção nos processos decisórios multilaterais.

Com o intuito de democratizar o acesso a convenção e trazer mais stakeholders para o processo de tomada de decisão, a UNFCCC criou as constituencies, que são grupos de observadores não-partes com acesso às negociações e possibilidades de participação. Uma

dessas organizações é a YOUNGO, composta por NGOs da juventude e jovens ativistas climáticos (UNFCCC Learn, s.d.).

O presente trabalho busca analisar a participação da juventude nas convenções do clima tendo como ponto de partida a atuação da YOUNGO, com dados sobre sua atuação e organização, trazendo um recorte para o tema de financiamento climático. Além disso, o trabalho propõe estratégias que possam fortalecer a participação efetiva da juventude nesses espaços multilaterais.

2. Desenvolvimento

2.1. A presença da juventude nos temas de finanças climáticas

A participação juvenil na UNFCCC tem raízes que remontam à COP5, em Bonn (1999), quando ocorreu o primeiro encontro paralelo de crianças e jovens no âmbito de uma Conferência das Partes. Desde então, a institucionalização avançou progressivamente: em 2009, na COP15 de Copenhague, o Secretariado da UNFCCC e as Partes reconheceram oficialmente a juventude como constituency observadora, e em 2011 o YOUNGO (Youth + NGO) foi formalmente confirmado como sua voz institucional no processo da UNFCCC (YOUNGO, 2023). Atualmente, o YOUNGO reúne mais de 10.000 membros em mais de 35 Grupos de Trabalho, cobrindo as principais áreas temáticas da UNFCCC, entre elas Adaptação, Direitos Humanos, Mitigação, Energia e Finanças e Mercados (YOUNGO, 2023). A existência desse último grupo indica que a agenda de financiamento climático está formalmente mapeada na estrutura juvenil, ainda que sua presença efetiva nas negociações permaneça limitada, como se verá adiante.

O único estudo quantitativo disponível indica que 69,2% dos membros de ONGs juvenis participaram de ao menos uma Conferência das Partes, na maioria dos casos uma única vez (54,1%), tendo o side event como mecanismo de engajamento mais comum (Asare-Nuamah & Mandaza, 2020). Essa concentração em espaços paralelos reflete uma realidade estrutural: das 124 organizações registradas sob o YOUNGO em 2022, provenientes de 40 países, 67% estavam sediadas na Europa, América do Norte e Oceania, o que determina quais perspectivas chegam efetivamente às mesas de negociação (Marquardt et al., 2024). Além disso, o YOUNGO representa menos de 5% de todas as organizações observadoras admitidas na UNFCCC, operando com recursos consideravelmente inferiores aos de outros grupos, como empresas e governos locais (Marquardt et al., 2024).

Porém, a atuação juvenil nas COPs tem alcançado avanços normativos progressivos. O Pacto Climático de Glasgow (COP26) instou as Partes a garantir a participação significativa da juventude nos processos de tomada de decisão multilateral, nacional e local; o Plano de Ação ACE da COP27 reconheceu os jovens como partes interessadas nas decisões e na

implementação climática; e a COP28 estabeleceu o mecanismo de Youth Climate Champion da Presidência, voltado para a inclusão de crianças e jovens nos processos de governança (YOUNGO & Care About Climate, 2025).

No âmbito dos instrumentos de política, o YOUNGO opera por meio do Global Youth Statement (GYS), que sintetiza mais de 1.000.000 de contribuições juvenis em 18 trilhas temáticas alinhadas à UNFCCC, da Cláusula Universal NDC Juventude, adotada em múltiplos países, e de uma Posição de Política Estratégica que inclui finanças climáticas entre seus eixos transversais (YOUNGO & Care About Climate, 2025).

Apesar da crescente mobilização juvenil, os dados revelam uma significativa lacuna estrutural no campo do financiamento climático. A literatura revisada não identifica evidências empíricas de participação juvenil direta nos fóruns financeiros da UNFCCC, como o Standing Committee on Finance (SCF). Assim, a limitada presença da juventude nas negociações sobre finanças climáticas manifesta-se tanto no plano procedimental, pela ausência nos espaços de negociação, quanto no substantivo, pela baixa incidência nos resultados financeiros, sendo ambas as dimensões reforçadas pela escassez de dados que tornem essa exclusão visível, mensurável e politicamente contestável.

2.2. As possibilidades de influência

Dentre as formas de participação da juventude, especialmente no âmbito da atuação da YOUNGO, destaca-se a influência na construção da agenda climática por meio da apresentação de recomendações, participação em diálogos oficiais e defesa de pautas, reforçando temas relevantes e pressionando negociadores. Além disso, observa-se influência por meio do conhecimento técnico e do uso de linguagem diplomática voltada à proposição de soluções concretas, viáveis e exequíveis, incluindo a apresentação de emendas e contribuições ao processo de negociação multilateral (Thew, 2018).

Observa-se, ainda, a participação institucional da YOUNGO no âmbito da UNFCCC, possibilitando o acompanhamento das negociações, intervenções em plenárias, organização de eventos e diálogo com delegações governamentais, ampliando seu papel para além da condição de observadora. Além disso, destacam-se a construção de redes de articulação, a mobilização política, as intervenções públicas e as ações simbólicas no contexto das negociações climáticas (Marquardt, Lövbrand & Buhre, 2024).

Soma-se a isso a relevância do trabalho em rede e das relações interpessoais na construção de confiança institucional e reputação técnica junto às delegações. Contudo, embora os poderes cognitivo, social e simbólico mobilizados pelas juventudes sejam importantes para a busca por legitimidade, nem sempre produzem os efeitos desejados entre os tomadores de decisão (Thew, 2018). Destaca-se, ainda, a formação de uma identidade política coletiva

voltada à legitimidade intergeracional e à ampliação do apoio social à agenda climática (Marquardt, Lövbrand & Buhre, 2024).

Assim, entende-se que a YOUNGO exerce influência relevante nas negociações climáticas, tanto no âmbito técnico, por meio de iniciativas como o Global Youth Statement (GYS), quanto na articulação e aproximação com negociadores (NDC Partnership, 2025). Contudo, por não possuir poder decisório formal, sua atuação ocorre principalmente via lobby informal, resultando em limitada capacidade de influência sobre as decisões finais (Thew, 2018).

Quando analisada sob o recorte das finanças climáticas, a influência da juventude mostra-se mais recente e ainda em consolidação, embora venha crescendo gradualmente. Isso se evidencia na participação da YOUNGO na Standing Committee on Finance (SCF), uma das poucas instâncias em que a juventude possui acesso direto ao núcleo técnico das decisões financeiras (Commonwealth Secretariat & YOUNGO, 2023).

Essa limitada influência decorre, principalmente, da elevada complexidade técnica das finanças climáticas e do forte controle exercido pelos Estados sobre o tema, reduzindo o espaço de incidência de atores não estatais. Nesse contexto, a principal contribuição da YOUNGO não está na alocação direta de recursos, mas na transformação do discurso em torno de uma transição climática justa e da ampliação de investimentos em adaptação para países vulneráveis (International Centre for Climate Change and Development, 2025).

2.3. Proposta de incidência

O diagnóstico anterior indica que um dos principais problemas é a dificuldade de converter acesso em influência substantiva, sobretudo no núcleo financeiro da agenda. Uma estratégia de incidência eficaz precisa, portanto, atuar simultaneamente sobre as barreiras de acesso, financiamento e informação, e ter como horizonte o fortalecimento da voz juvenil especificamente nas negociações de financiamento climático, como o Novo Objetivo Coletivo Quantificado (NCQG), os fundos da Convenção e o Comitê Permanente de Finanças (SCF). A proposta articula-se em três frentes, apresentadas a seguir por ordem de prioridade.

A primeira frente, mais prioritária, é de posicionamento e uso de evidências. Trata-se de fortalecer a fala juvenil nas discussões técnicas, capaz de fazer propostas concretas aos textos em negociação (Marquardt et al., 2024). Para isso, é importante fortalecer o Grupo de Trabalho de Finanças e Mercados do YOUNGO, adotando a recomendação formulada pelo Youth Stocktake de designar representantes ao SCF com mandato de um a dois anos, e implementar mecanismos estruturados de consulta e retorno ao constituency, de modo a preservar a memória institucional atualmente prejudicada pela rotação anual (YOUNGO, 2023).

A segunda frente é de articulação, voltada a enfrentar a subrepresentação do Sul Global no constituency (Buhre & Josefsson, 2024). Recomenda-se a construção de uma rede de delegações juvenis latino-americanas que coordene posições comuns sobre financiamento climático antes de cada COP, sustentada por bolsas regionais que custeiem a participação de jovens do Sul Global e por programas de mentoria entre participantes experientes e novatos, capazes de transferir conhecimento técnico e reter capacidade ao longo dos ciclos. Nesse sentido, é essencial a criação de um mecanismo financeiro próprio do YOUNGO ou de uma aliança institucional habilitada a receber e gerir fundos, cuja ausência é apontada pelo constituency como um obstáculo direto à captação de recursos (YOUNGO, 2023).

A terceira frente é de comunicação. O Youth Stocktake observa que as redes sociais permanecem subaproveitadas como canal de engajamento, sendo utilizadas por apenas uma minoria das Partes (YOUNGO, 2023), embora constituam uma vantagem comparativa da juventude. Deve-se, assim, investir na tradução de conteúdos financeiros técnicos (metas do NCQG, funcionamento dos fundos, as regras para financiamento) para linguagens acessíveis ao público amplo, aproximando o debate público de dados como os do IFS e ampliando a pressão social sobre os tomadores de decisão.

3. Conclusões

A análise desenvolvida evidencia que a participação da juventude nas negociações climáticas internacionais vem se consolidando progressivamente no âmbito da UNFCCC, especialmente por meio da atuação da YOUNGO. Ao longo das últimas décadas, observam-se avanços relevantes no reconhecimento formal da juventude como stakeholder legítimo, bem como no fortalecimento de instrumentos de incidência política, técnica e simbólica, como o Global Youth Statement (GYS), os diálogos oficiais e os mecanismos de articulação coletiva. Ainda assim, a pesquisa demonstra que essa participação permanece marcada por limitações estruturais significativas, sobretudo no campo das finanças climáticas.

Os principais desafios identificados dizem respeito às barreiras financeiras de acesso às COPs, à concentração geográfica das organizações do Norte Global, à elevada complexidade técnica das negociações financeiras e à ausência de poder decisório formal da juventude dentro da governança climática multilateral. Nesse sentido, a limitada incidência juvenil manifesta-se tanto na baixa presença nos espaços centrais de negociação quanto na reduzida influência sobre os resultados financeiros efetivos da Convenção.

Apesar dessas limitações, o trabalho demonstra que a juventude exerce papel relevante na transformação do discurso climático internacional, especialmente ao reforçar pautas relacionadas à justiça climática, adaptação e equidade intergeracional. Assim, as estratégias propostas, voltadas ao fortalecimento técnico do YOUNGO, à ampliação da representação do

Sul Global e à democratização da informação climática, apresentam potencial para ampliar a capacidade de incidência juvenil nos processos multilaterais.

Referências bibliográficas

- Asare-Nuamah, P., & Mandaza, M. S. (2020). Youth participation in global climate change and adaptation governance. Youth Voice Journal, 1–27.
- Buhre, F., & Josefsson, J. (2024). The materiality of youth representation at climate summits: Navigating barriers, routes, and spaces. Globalizations, 22(3), 426–440. https://doi.org/10.1080/14747731.2024.2404285
- Donger, E., Bhatia, A., Pegram, J., & Kelly, O. (2025). Inclusion of children and youth in the Intergovernmental Panel on Climate Change Assessment Reports (AR1–AR6). Nature Communications, 16, 6159. https://doi.org/10.1038/s41467-025-60266-7
- Marquardt, J., Lövbrand, E., & Buhre, F. (2024). The politics of youth representation at climate change conferences: Who speaks, who is spoken of, and who listens? Global Environmental Politics, 24(2), 19–45. https://doi.org/10.1162/glep_a_00736
- Política por Inteiro. (2025). Tá lá no gráfico, edição 43: O clima na mesa de negociação. https://politicaporinteiro.org/2025/07/18/o-clima-na-mesa-de-negociacao/
- Thew, H. (2018). Youth participation and agency in the United Nations Framework Convention on Climate Change. International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics, 18(3), 369–389. https://doi.org/10.1007/s10784-018-9392-2
- UN Climate Change Secretariat. (s.d.). A participant guide of the UN climate change process. UN CC:Learn. https://unccelearn.org/course/view.php?id=174&page=overview&lang=en
- YOUNGO. (2023). Youth Stocktake of UNFCCC Processes. YOUNGO. https://youngoclimate.org/
- YOUNGO & Care About Climate. (2025). You(th) and NDCs at SB62: Importance, global status, and role of youth [Apresentação de slides]. YOUNGO NDC Working Group; Care About Climate.
- Policy Insights on Youth & Climate Action Policy Brief Executive Summary (2025). https://icccad.net/wp-content/uploads/2025/02/Youth-Policy-Brief-022025_compressed.pdf.
- The Commonwealth - YOUNGO (2023). The Availability of Climate Finance for Youth. https://thecommonwealth.org/publications/availability-climate-finance-youth.

Indicação da utilização de IA:

Utilização do SciSpace para pesquisa de artigos.

Utilização do NotebookLM para organização de referências de documentos oficiais.

Utilização do ChatGPT para ajudar a redução de conteúdo e revisão textual.

Utilização do Claude para pesquisas de referências e revisão textual.

VIII. O papel da juventude na diplomacia climática

Autores:
Geovanna Carvalho Mariosa da Silva
Rafael Alexandre Silva de Moraes
Romel da Costa Dias
Rosa Elis Teles Galletta
Stéfany Ferreira de Lima
Talita Alves Medeiros
Thais Barbosa Cantadori
Thiago Arthur Martins Felisbino de Jesus
Tomás Martins Venancio Paes de Carvalho

Introdução

Os impactos das mudanças climáticas vêm se intensificando em todo o mundo, gerando consequências para todo ecossistema (IPCC, 2022). Diante disso, as medidas de adaptação tornam-se essenciais para reduzir riscos e fortalecer a capacidade de resposta das comunidades, especialmente em países do Sul Global, como o Brasil, que tendem a sofrer de forma mais intensa os efeitos da crise climática, apesar de terem menor responsabilidade histórica pelas emissões de gases de efeito estufa (UNEP, 2024). Para viabilizar essas ações, o financiamento climático é essencial, no entanto, os recursos destinados à adaptação ainda não alcançam as populações mais vulneráveis (Ramos, 2015), o que evidencia desigualdades estruturais no acesso ao financiamento sustentável.

A discussão sobre financiamento da adaptação envolve diretamente a justiça climática, uma vez que a distribuição equitativa do financiamento climático é fundamental para uma transição justa (Oxfam Brasil, 2024). Nesse cenário, embora a juventude assuma papel central nos âmbitos internacional e nacional, sua participação ainda enfrenta barreiras de acesso aos espaços de negociação e tomada de decisão. Diante disso, este trabalho analisa como a juventude brasileira tem atuado em direção à justiça climática no âmbito da UNFCCC, com foco na defesa de um financiamento climático mais acessível, inclusivo e voltado à adaptação das comunidades mais vulneráveis.

Desenvolvimento

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o principal espaço internacional de negociação climática, embora as decisões formais sejam tomadas pelos Estados, a UNFCCC permite a participação de organizações observadoras, incluindo

sociedade civil, povos indígenas, juventudes, academia e organizações internacionais. A juventude participa principalmente por meio da YOUNGO, constituinte oficial de crianças e jovens da UNFCCC, atuando em grupos de trabalho, documentos de posicionamento, eventos paralelos e incidência junto às delegações nacionais (UNFCCC, s.d.).

A atuação da juventude nesse espaço está diretamente ligada à justiça climática, uma vez que os impactos da crise climática atingem de forma desigual povos indígenas, comunidades tradicionais, populações periféricas, ribeirinhas e costeiras, especialmente no Sul Global, tornando a defesa de respostas mais justas parte central dessa mobilização, conforme reconhecido pelo IPCC (2022) e pelo Acordo de Paris (UNFCCC, 2015).

No entanto, a participação juvenil ainda enfrenta barreiras, como custos elevados para participar das COPs, barreiras linguísticas, acesso limitado a credenciais, complexidade das negociações e baixa influência nas decisões finais. Por isso, fortalecer a presença das juventudes na UNFCCC é essencial para ampliar a participação social, a equidade intergeracional e a justiça climática nas decisões globais (UNICEF, 2021; GASPARRI et al., 2021).

A partir desse diagnóstico, a estratégia de incidência política internacional deve buscar transformar a participação das juventudes na UNFCCC em uma atuação mais articulada, qualificada e conectada às realidades territoriais. No caso brasileiro, isso exige reconhecer que jovens indígenas, quilombolas, ribeirinhos e moradores de periferias enfrentam barreiras específicas de acesso aos espaços de negociação, ao financiamento climático e às informações técnicas que orientam as decisões internacionais (Thew et al., 2021; UNICEF, 2021). A estratégia proposta busca fortalecer a participação das juventudes brasileiras — especialmente indígenas e de comunidades tradicionais — não como grupos vulnerabilizados, mas como sujeitos políticos e produtores de conhecimento territorial. Esse reconhecimento é respaldado pelo IPCC (2022) e pela LCIPP (2025), que destacam a importância dessas juventudes na formulação e implementação de políticas climáticas.

A estratégia pode ser organizada em quatro eixos:

A estratégia pode ser organizada em quatro eixos integrados: articulação, com a formação de uma coalizão entre juventudes, organizações indígenas e comunitárias, redes nacionais e latino-americanas e observatórios de financiamento climático, para construir posições comuns antes das conferências; posicionamento político, defendendo que a participação juvenil seja financiada, acessível e efetiva, com apoio para deslocamento, credenciamento, tradução, preparação técnica e permanência nos espaços de negociação (LCIPP, 2025); uso de evidências, combinando dados técnicos e científicos, como IPCC, IFS/GFLAC e policy briefs, com evidências territoriais produzidas pelas juventudes, incluindo impactos climáticos, experiências de adaptação comunitária, barreiras de acesso a recursos e riscos de

falsas soluções climáticas (GFLAC, s.d.; IPCC, 2022; LCIPP, 2025); e comunicação, traduzindo a linguagem técnica das COPs e do financiamento climático em materiais acessíveis, como notas de posição, cards, vídeos, mapas e relatos territoriais, tanto para pressionar tomadores de decisão quanto para prestar contas às comunidades de origem.

Essa estratégia também precisa estar conectada às dinâmicas nacionais de financiamento climático. Isso significa que a incidência internacional não deve se limitar à presença nas conferências, mas também deve pressionar para que as recomendações debatidas nesses espaços influenciem políticas e ferramentas climáticas nacionais.

Quadro 1. Evidências e encaminhamentos para a estratégia.

Evidência identificada	Leitura para a estratégia	Encaminhamento de incidência
A LCIPP/UNFCCC realizou uma mesa de juventudes indígenas e de comunidades locais na COP29, com participantes das sete regiões socioculturais indígenas da ONU, para discutir soluções lideradas por jovens e formas de ampliar sua participação em políticas climáticas (LCIPP, 2025).	Já existem canais institucionais que podem ser fortalecidos.	Articular juventudes brasileiras com espaços como LCIPP, YOUNGO e organizações indígenas, levando recomendações sobre adaptação, financiamento climático e participação efetiva.
Jovens indígenas e de comunidades locais recomendaram preparação prévia, tradução de materiais, interpretação em português para a COP30 e alternativas virtuais para reduzir barreiras financeiras e logísticas (LCIPP, 2025).	Participação efetiva exige condições materiais e técnicas.	Defender recursos para deslocamento, credenciamento, tradução, interpretação, formação técnica e permanência das juventudes nos espaços de negociação.

A COP16 da Biodiversidade reconheceu a necessidade de participação plena, equitativa, inclusiva e efetiva de povos indígenas e comunidades locais, incluindo mulheres, meninas e juventudes, do nível local ao global (CBD, 2024).	Há base institucional para conectar clima, biodiversidade, juventudes e conhecimentos tradicionais.	Posicionar juventudes indígenas e tradicionais como produtoras de conhecimento territorial e agentes de proteção da biodiversidade.
A mesma decisão da CBD prevê melhorar o acesso, inclusive direto, a financiamento para povos indígenas e comunidades locais, especialmente para ações lideradas por mulheres e juventudes (CBD, 2024).	O debate sobre participação deve estar ligado ao acesso a recursos.	Pressionar para que fundos e políticas nacionais criem critérios específicos para iniciativas comunitárias e organizações lideradas por juventudes indígenas e tradicionais.
O IIPFCC defende janelas dedicadas para povos indígenas em fundos como GCF, GEF, Fundo de Adaptação e Fundo de Perdas e Danos, com financiamento flexível, simplificado, intergeracional e sensível a gênero (IIPFCC, 2025).	O vínculo entre incidência internacional e financiamento nacional deve passar pelo acesso direto aos recursos.	Defender que mecanismos nacionais de financiamento climático incluam acesso direto para organizações indígenas, comunitárias e iniciativas lideradas por juventudes.

A implementação da estratégia ocorreria em duas etapas: no curto e médio prazo, reunir materiais produzidos por juventudes indígenas, quilombolas, periféricas e comunitárias em um repositório comum, identificando demandas recorrentes e construindo uma posição coletiva para conferências e diálogos com delegações nacionais. No médio e longo prazo, consolidar um grupo permanente de articulação capaz de acompanhar a UNFCCC e

pressionar pela incorporação das demandas juvenis nos instrumentos de financiamento climático, tornando a incidência um processo contínuo, e não apenas pontual.

Entender a vulnerabilidade da juventude diante das mudanças climáticas exige observar o conjunto de fatores estruturais que condicionam sua exposição e capacidade de adaptação. A análise material do processo histórico de um "todo" reflete rachaduras intrínsecas ao processo de desenvolvimento brasileiro, e mais ainda de sua socialização, ou a falta dela.

No Brasil, os jovens figuram entre os grupos mais suscetíveis aos efeitos da emergência climática, sobretudo aqueles pertencentes a comunidades racializadas, periféricas e povos originários (ICS, 2025). A vulnerabilidade climática da juventude não pode ser reduzida apenas à exposição a eventos extremos, mas deve ser analisada em articulação com desigualdades preexistentes.

No contexto brasileiro, a noção de racismo ambiental torna-se particularmente relevante diante da concentração da população negra e periférica em áreas de risco socioambiental, bem como da exposição desproporcional de povos indígenas aos efeitos do desmatamento, queimadas e mudanças no regime hídrico. Ainda que o conceito não esteja nomeado explicitamente no Acordo de Paris ou nos relatórios do IPCC, os documentos reconhecem que grupos historicamente marginalizados enfrentam maior vulnerabilidade climática, oferecendo fundamento para uma leitura interseccional da justiça climática, o que seria trabalhado em resoluções posteriores na Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança do Clima.

O Gender Action Plan (GAP) lançado para a COP 30 tem em sua conjuntura a ideia de que a vulnerabilidade climática tem sua conotação de raça, desigualdade social, e gênero. Colocando entre aqueles que estão mais propensos a sofrerem dos riscos climáticos mulheres jovens, particularmente jovens negras, indígenas e periféricas (Santos & Silva, 2026). Tornando o impacto, sobre as populações consideradas à margem também de uma periferia mundial e do grande centro de desenvolvimento financeiro do mundo como o Brasil ainda mais insólito para essas populações.

Apesar de ser o primeiro entre os países em receber financiamento climático internacional (CIF), observa-se uma lacuna significativa entre os recursos destinados à mitigação e aqueles voltados à adaptação. Relatórios internacionais sobre financiamento climático apontam que países em desenvolvimento enfrentam um déficit persistente de investimentos para adaptação, apesar da crescente intensidade dos impactos ambientais (ATLAS, 2025). Esse desequilíbrio afeta diretamente iniciativas voltadas à juventude, limitando programas de capacitação e fortalecimento de capacidades adaptativas em territórios vulneráveis.

Conclusão

Ao reconhecer que a participação juvenil, em especial a participação da juventude brasileira, ainda é limitada no âmbito da UNFCCC, este trabalho teve como objetivo buscar maneiras de ampliar a diversidade de perspectivas nas decisões globais e reconhecer conhecimentos historicamente marginalizados, especialmente jovens indígenas e de comunidades tradicionais, reconhecendo-os como atores centrais na justiça climática e na produção de conhecimentos territoriais. A estratégia proposta envolveu articulação entre organizações juvenis e comunitárias, ampliação do acesso ao financiamento climático, uso de evidências científicas e territoriais e fortalecimento da comunicação acessível. Além disso, defendeu a conexão entre a incidência internacional e políticas nacionais, propondo uma articulação permanente para pressionar pela inclusão das demandas juvenis nos mecanismos de financiamento climático.

Referências:

- CBD. (2024). Decision adopted by the Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity on 30 October 2024: 16/4. Programme of work on Article 8(j) and other provisions of the Convention on Biological Diversity related to indigenous peoples and local communities to 2030. https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-16/cop-16-dec-04-en.pdf
- Enara Echart Munoz. et al. (2025) Atlas da Justiça Climática na América Latina e no Caribe.
- https://www.clacso.org/pt/atlas-da-justica-climatica-na-america-latina-e-no-caribe/
- Gasparri, G., et al. (2021). Children, adolescents, and youth pioneering a human rights-based approach to climate change. Health and Human Rights Journal.
- GFLAC. (s.d.). Plataforma de Finanzas Sostenibles. https://plataformafinanzassostenibles.gflac.org/
- IIPFCC. (2025). IIPFCC submission: Baku to Belém roadmap. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/BB1.3T_IIPFCC.pdf
- IPCC. (2022). Climate change 2022: Impacts, adaptation and vulnerability. Cambridge University Press. https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/
- LCIPP. (2025). LCIPP annual youth round table: Informal summary report. UNFCCC. https://lcipp.unfccc.int/sites/default/files/2025-06/LCIPP%20Annual%20Youth%20Round%20Table_Informal%20Summary%20Report.pdf
- LSE. (2022). What is the UN Framework Convention on Climate Change? Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment.
- Organização das Nações Unidas. (2015). Acordo de Paris. https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-08/Acordo-de-Paris.pdf
- Oxfam Brasil. (2024). Justiça climática e financiamento climático no Brasil: Caminhos para uma transição justa.

https://www.oxfam.org.br/justica-climatica-e-financiamento-climatico-no-brasil-caminhos-para-uma-transicao-justa/

- Ramos, M. C. (2015). Políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas em face das populações vulneráveis e da justiça climática [Dissertação de mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie]. Repositório Institucional Mackenzie. https://dspace.mackenzie.br/items/a5b3faff-a69b-4803-8c7b-1ea5411a609b
- Thew, H., Karsgaard, C., Marquardt, J., Rist, C., & Yona, L. (2021). Youth participation in UN climate change conferences: Challenges and opportunities. COP26 Research Fellowship Policy Brief. https://doi.org/10.13140/RG.2.2.15657.31846
- UNEP. (2024). Adaptation gap report 2024: Come hell and high water. United Nations Environment Programme. https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2024
- UNFCCC. (1992). United Nations Framework Convention on Climate Change. https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf
- UNFCCC. (2015). Paris Agreement.
- UNFCCC. (s.d.). YOUNGO — Official children and youth constituency of UNFCCC.
- UNICEF. (2021). The climate crisis is a child rights crisis: Introducing the Children's Climate Risk Index. UNICEF. https://www.unicef.org/reports/climate-crisis-child-rights-crisis
- Santos & Silva (2026). Justiça de raça e gênero como pré-condição da justiça climática. https://cdn.infra.unriddle.ai/documents/yiyjqogeimhx8e61zdpx5uym

Declaração de uso de inteligência artificial:

Os autores utilizaram ferramentas de inteligência artificial generativa exclusivamente para revisão linguística e aprimoramento textual. Todo o conteúdo analítico, argumentativo e bibliográfico foi produzido e revisado pelos autores.

IX. Sem Transparência não há Transição: Uma Análise Crítica do IFSS Brasil 2025

Autores:
Amanda Gabriela Rocha Oliveira
Vera Carolina Pereira
Giovanna Carvalho do Nascimento
Valquiria Lima Miranda
Tomás Martins Venancio Paes de Carvalho
Vitor Sergio Duarte

INTRODUÇÃO

O Acordo de Paris consolidou a compreensão de que enfrentar a crise climática exige não apenas metas de mitigação e adaptação, mas também o alinhamento dos fluxos financeiros a trajetórias de desenvolvimento resilientes e de baixo carbono (UNFCCC, 2015). No contexto da COP30 e dos resultados do primeiro Global Stocktake, o debate climático internacional passou a enfatizar os desafios de implementação, financiamento e monitoramento das metas assumidas pelos países, diante da insuficiência dos avanços atuais para limitar os impactos das mudanças climáticas (UNFCCC, 2023; COP30, 2025).

No Brasil, governos subnacionais possuem papel estratégico nesse processo, especialmente por serem responsáveis por políticas relacionadas ao uso do solo, infraestrutura, mobilidade, desenvolvimento urbano e proteção ambiental. O IPCC destaca que estados e municípios influenciam diretamente medidas de mitigação, adaptação e resiliência climática (IPCC, 2022). Nesse contexto, compreender como os estados estruturam receitas, despesas e instrumentos fiscais torna-se essencial para avaliar o alinhamento entre as finanças públicas e os compromissos climáticos nacionais.

Apesar da crescente centralidade da agenda climática nos governos subnacionais, persistem limitações relacionadas à transparência e à classificação dos gastos públicos voltados à mitigação e adaptação climática. A ausência de mecanismos específicos de identificação orçamentária dificulta o monitoramento e a avaliação da coerência das políticas públicas relacionadas ao clima (GFLAC, 2025). Além disso, limitações na transparência fiscal reduzem as possibilidades de incidência da sociedade civil sobre as decisões relacionadas ao financiamento climático (CEPAL, 2022).

Nesse cenário, o presente trabalho utiliza o Índice de Finanças Sustentáveis Subnacional (IFSS) como ferramenta analítica para compreender como as estruturas fiscais subnacionais

brasileiras se relacionam com os desafios da transparência climática, da tomada de decisão pública e das possibilidades de incidência social sobre o financiamento climático. Mais do que descrever indicadores fiscais, busca-se analisar como a visibilidade dos fluxos financeiros climáticos influencia processos de governança, monitoramento e participação social, especialmente no contexto da atuação das juventudes e da construção de mecanismos mais transparentes e alinhados à transição para uma economia de baixo carbono.

DESENVOLVIMENTO

2.1 O que o IFS revela sobre o Brasil

O Índice de Finanças Sustentáveis Subnacional (IFSS) mostra que o Brasil possui uma estrutura fiscal fortemente atrelada a atividades intensivas de carbono e pouco alinhadas à transição para uma economia de baixo carbono. Segundo os dados de 2024, os estados arrecadaram cerca de R$82,5 bilhões em receitas ligadas a atividades de carbono intensivas, enquanto as receitas sustentáveis somaram apenas R$6,2 bilhões. Isso evidencia que a arrecadação estadual continua baseada principalmente no petróleo, mineração e IPVA, reforçando a dependência de setores emissores.

Tais evidências se demonstram alarmantes, pois a consolidação da agenda climática de maneira eficaz necessita da capacidade dos governos locais, visto que eles desempenham um papel central na implementação de políticas de mitigação e adaptação, já que são os estados que regulam e executam grande parte das políticas de uso de solo, infraestrutura, transporte, desenvolvimento urbano e proteção ambiental.

Se tratando das despesas públicas é possível observar um desequilíbrio. Em 2024 os estados destinaram R$32,6 bilhões para atividades intensivas de carbono, sobretudo infraestrutura rodoviária, enquanto foram destinados apenas R$21,1 bilhões para áreas sustentáveis como saneamento básico, preservação ambiental e transporte público. Parte do problema é que os orçamentos estaduais possuem pouco espaço para o desenvolvimento da agenda climática.

A dependência carbono-intensiva varia entre os estados. Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo apresentam uma maior dependência fiscal de petróleo, com receitas ligadas a atividades intensivas em carbono ou IPVA, o que demonstra a dificuldade de vários estados em diversificar suas fontes de arrecadação diante da transição energética. Sendo assim, o relatório evidencia um cenário marcado pela desigualdade entre estados tanto na persistência da dependência de atividades carbono-intensivas quanto na capacidade de realizar investimentos sustentáveis.

2.2 O problema da transparência fiscal climática

A transparência fiscal climática no Brasil enfrenta obstáculos estruturais relacionados ao IFSS, especialmente devido à ausência de critérios padronizados para classificar despesas e investimentos públicos voltados à agenda climática. Uma das principais dificuldades consiste na identificação precisa de políticas, programas e incentivos fiscais que possam ser considerados alinhados às metas de sustentabilidade. Como consequência, diferentes órgãos públicos adotam metodologias distintas para categorizar gastos ambientais, comprometendo a comparabilidade e a confiabilidade das informações apresentadas em relatórios fiscais e orçamentários.

A efetividade do acompanhamento das políticas climáticas esbarra, contudo, em limitações estruturais dos próprios sistemas de informação governamentais. Muitos indicadores dependem de bases de dados incompletas, autodeclaratórias ou desatualizadas, reflexo direto da ausência de padrões comuns de classificação dos gastos verdes entre União, estados e municípios. Essa fragmentação das informações entre os diferentes entes compromete a integração e o monitoramento contínuo dos resultados fiscais e ambientais ao longo do tempo, fragilidade que ferramentas como o IFSS buscam tornar visível, mas cuja resolução estrutural compete aos próprios governos.

Nesse contexto de fragilidade informacional, a governança climática e a accountability são os aspectos mais prejudicados. A ausência de padrões compartilhados fragmenta a governança, gerando conflitos de competência e dificultando a avaliação do cumprimento das metas climáticas. Mesmo quando o desalinhamento entre gastos intensivos em carbono e investimentos sustentáveis se torna visível, como o IFSS permite observar, o que não fica evidente é a identificação dos tomadores de decisão ou das políticas específicas responsáveis por ele. Desse modo, instala-se uma impunidade fiscal climática na qual governantes podem discursar em favor da transição ecológica enquanto mantêm orçamentos alinhados à economia fóssil. Esse cenário compromete também a capacidade do país de atrair investimentos verdes e cumprir compromissos internacionais relacionados à agenda climática. Consequentemente, a participação social (especialmente de juventudes e movimentos ambientais) fica severamente prejudicada, pois a incidência da sociedade civil sobre o financiamento climático pressupõe acesso a dados que, no Brasil, ainda são incompletos ou de difícil acesso.

Mesmo organizações especializadas encontram barreiras para responder a perguntas básicas: quanto cada estado investe em adaptação climática? Como os royalties do petróleo são alocados em relação às metas do Acordo de Paris? Essa assimetria informacional desequilibra a relação entre Estado e sociedade, restringindo a participação a audiências formais e de pouca influência prática. Para que os resultados da COP30 e Global Stocktake resultem se consolidem em compromissos efetivos e ações eficazes é imperativo que a transparência fiscal climática seja tratada como pré condição para a democracia ambiental e

para a transição justa no Brasil, pois sem ela governança, accountability e participação social permanecem como promessas vazias diante da urgência climática.

2.3 Implicações para incidência política e juventudes

Embora haja ampla defesa narrativa na sociedade sobre a participação das juventudes nos espaços de decisão e nas lutas contra as mudanças climáticas, a falta de transparência de dados reais dificulta que esse discurso se converta em incidência direta. Se por um lado as juventudes lideram mobilizações, campanhas e agendas em todos os níveis geográficos, econômicos e sociais há décadas em defesa de uma transição energética justa, de soberania energética e dos direitos dos territórios, por outro, a realidade mostra que poucas vezes foi possível transformar essas demandas em políticas públicas concretas.

Como apontado, a análise das finanças subnacionais é limitada por dados escondidos, incompletos ou incapazes de traduzir a realidade dos povos. O monitoramento cidadão - isto é, a participação ativa da população no acompanhamento de políticas públicas - é atravessado por uma névoa que impede redes, organizações e mobilizações de juventudes de enxergar com clareza os caminhos para que sua incidência saia do campo das ideias e se converta em soluções reais. Sem transparência, não há pressão institucional efetiva. E sem pressão institucional, não há transição.

Engana-se, porém, quem vê isso apenas como um problema das juventudes. O controle social das decisões políticas sempre foi o caminho para os direitos dos povos. É verdade que são os jovens de hoje que enfrentarão de forma mais duradoura as mudanças do clima e suas consequências diretas no cotidiano, mas a persistência do uso de energias intensivas em carbono e a opacidade dos dados que impossibilitam a pressão da sociedade levarão, inevitavelmente, a pressões fiscais e políticas que tornarão qualquer transição ineficaz.

Por isso, é urgente que os debates fiscais da transição energética incorporem as demandas por participação social e pelas juventudes. Uma transição que leve em consideração apenas os anseios dos poderosos e das grandes corporações será incapaz de se traduzir em soluções reais nos territórios e nos cotidianos - e definitivamente insuficiente para enfrentar uma crise climática sentida, sobretudo, pelas populações mais vulneráveis. As juventudes sempre encontraram caminhos para fazer suas vozes serem ouvidas, e seguirão encontrando. Mas há urgência em construir finanças e processos que incorporem suas demandas, suas habilidades e seus espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos realizados neste trabalho destacam que o desalinhamento entre finanças públicas subnacionais e compromissos climáticos no Brasil não é uma falha técnica, mas um

problema de governança com dimensão política. A assimetria entre receitas carbono-intensivas e receitas sustentáveis, combinada à ausência de classificações orçamentárias específicas para mitigação e adaptação impede que esse descompasso seja identificado, monitorado e contestado com maior profundidade e precisão. É essa assimetria informacional que condiciona a tomada de decisão, tanto dentro do aparato estatal quanto fora dele. Sem dados desagregados e acessíveis, a incidência da sociedade civil e das juventudes sobre o financiamento climático fica restrita a pressões pontuais, sem capacidade de rastreamento sistemático. Nesse sentido, a transparência é a principal condicionante da possibilidade de exercício de uma democracia ambiental.

Diante disso, recomenda-se, em primeiro lugar, a criação de subfunções climáticas específicas dentro da Função 18 (Gestão Ambiental) do orçamento público estadual, permitindo identificar e comparar despesas de mitigação e adaptação entre unidades federativas, conforme indicado pelo próprio IFSS (GFLAC, 2025). Em segundo lugar, a adoção de climate budget tagging articulado ao ciclo orçamentário (PPA, LDO, LOA), de modo a garantir coerência entre metas climáticas e decisões fiscais anuais. Complementarmente, o desenvolvimento de painéis públicos de transparência (tomando como referência o Painel Gastos Climáticos federal) criaria condições concretas para o monitoramento cidadão, inclusive por meio de ferramentas de dados abertos que permitam rastreamento acessível a não especialistas (como o projeto Querido Diário da Open Knowledge Brasil executa com o Diário Oficial). Essas medidas, combinadas, qualificam a governança climática subnacional, mas também ampliam o espaço real de participação social e fortalecem a capacidade das juventudes de traduzir pressão política em incidência informada sobre os orçamentos que definem, na prática e de forma mais imediata, a trajetória climática do país.

REFERÊNCIAS

- Conference of the Parties to the UNFCCC (COP30). (2025). Agenda de ação. https://cop30.br/pt-br/agenda-de-acao
- Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). (2022). Regional agreement on access to information, public participation and justice in environmental matters in Latin America and the Caribbean. https://www.cepal.org/en/publications/48495-regional-agreement-access-information-public-participation-and-justice
- Global Financial Alliance for a Sustainable Future (GFLAC). (n.d.). RedFIS. https://www.gflac.org/redfis
- Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). (2022). Climate change 2022: Impacts, adaptation and vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change (Chapter 6). https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/chapter/chapter-6/

- Sustainable Finance for Future. (2025). Índice de finanças sustentáveis subnacional Brasil 2025. https://www.sustainablefinance4future.org/_files/ugd/32948d_3925fd35c46e49c6ab8e28d46e225b7c.pdf
- United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). (2015). The Paris Agreement. https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement
- United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). (2023). Global stocktake. https://unfccc.int/topics/global-stocktake

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Foi utilizada a ferramenta de inteligência artificial ChatGPT (OpenAI) como apoio para revisão textual, aprimoramento da estrutura argumentativa, síntese de conteúdo e organização de referências bibliográficas. Todas as análises, interpretações e decisões finais sobre o conteúdo do trabalho foram realizadas pelos autores.

X. Entre a Ambição e a Execução: Uma Análise do Financiamento Climático no Brasil a partir do Índice de Finanças Sustentáveis

Autores:
Ana Flávia Vitorassi
Cristiana Dobre
David Andrade
Douglas Godinho Dias
Matheus Freire Eluan
Vitória de Sousa Matumoto

Introdução

O Brasil ocupa uma posição estratégica e paradoxal no cenário global do financiamento climático. O país busca protagonizar negociações internacionais, ambição simbolizada por sediar a Conferência das Partes (COP30) em Belém, em 2025, enquanto enfrenta desafios sistêmicos no alinhamento das finanças públicas às metas climáticas de sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).

Este trabalho analisa o financiamento climático brasileiro a partir do Índice de Finanças Sustentáveis (IFS) do Grupo de Financiamento Climático para a América Latina e o Caribe (GFLAC), na sua edição de 2025 (com dados de 2024), que pela primeira vez incluiu um índice subnacional (IFSS) aplicado aos 26 estados e ao Distrito Federal. O IFS identifica uma lacuna persistente entre a ambição e a mobilização dos recursos necessários para a mitigação, a adaptação e a resiliência climática - evidenciando que o financiamento climático extrapola os âmbitos técnicos e econômicos para alcançar valores como a transparência e justiça climática.

O foco deste trabalho, além de descrever os dados disponíveis, é compreender como as limitações de informação e transparência - especialmente na dimensão municipal, ainda ausente nos sistemas de monitoramento sistemáticos - afetam a tomada de decisões e identificar estratégias de incidência política para melhorar esses processos, com especial atenção ao papel da juventude.

O Índice de Finanças Sustentáveis e o cenário brasileiro

O IFS avalia quatro variáveis: Ingressos Sustentáveis (IS), Ingressos Intensivos em Carbono (IIC), Pressupostos Sustentáveis (PS) e Pressupostos Intensivos em Carbono (PIC). Elas permitem classificar os países em sete níveis de desempenho - de "Muito Baixo" (0,0 - 0,5) a "Muito Alto" (3,5 - 4,0). Na edição de 2025 do IFS, o Brasil obteve pontuação de 2,1, situando-se no nível "Médio", distante da trajetória necessária para cumprir sua NDC de reduzir as emissões em 53% até 2030 (GFLAC, 2025a).

Os dados revelam desequilíbrios estruturais: o Brasil gerou 13 vezes mais receitas de atividades intensivas em carbono do que de atividades sustentáveis, e o orçamento destinado a setores intensivos em carbono foi 1,5 vezes maior do que o destinado a iniciativas sustentáveis (IFSS Brasil, 2025). A tabela abaixo sintetiza os valores absolutos:

Variável IFS Brasil 2025	Valor (USD)	Proporção Relativa
Ingressos Intensivos em Carbono	36.028.371.885	Alta dependência de fontes fósseis.
Ingressos Sustentáveis	3.267.977.946	Base tributária verde ainda estreita.
Orçamentos Intensivos em Carbono	12.157.674.249	Manutenção de subsídios a atividades poluidoras.
Orçamentos Sustentáveis	2.960.296.265	Investimento insuficiente para as metas da NDC.

Fonte: Resultados IFS 2025 - GFLAC.

Apesar desse panorama, há avanços institucionais interessantes: o BNDES reposicionou o clima em sua estratégia de longo prazo por meio do Fundo Clima, e o Ministério da Fazenda lançou o Plano de Transformação Ecológica e a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos (BIP). O orçamento ambiental federal cresceu para R$ 4,15 bilhões em 2025, com

aumento de 15% nas despesas discrétionárias, mas conforme aponta o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, Pontes, 2026), os avanços ocorreram dentro de limites severos impostos pelo arcabouço fiscal, e entre 80% e 90% dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) permanecem contingenciados anualmente. O país avançou em energia renovável, mas os recursos para adaptação e uso de terra (AFOLU - Agriculture, Forestry and Other Land Use) seguem insuficientes. Em 2024, a NDC foi atualizada com meta de 53% de redução de emissões até 2030, sem, contudo, trazer um plano financeiro detalhado para a sua implementação (GFLAC, 2025b).

O ponto cego municipal

O IFSS avança ao cobrir os estados, mas os 5570 municípios brasileiros, onde as políticas climáticas são, de fato, executadas, permanecem invisíveis no sistema de monitoramento. O Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) coleta dados orçamentários de todos os municípios, mas sem nenhum marcador climático. Isso impossibilita identificar quanto um município investe em adaptação ou mitigação. O resultado é evidente: mais de 85% dos municípios brasileiros não possuem planos de adaptação às mudanças climáticas (Pivetta, 2025), e as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, que afetaram 478 municípios, evidenciaram a falta de planejamento fiscal-climático e de capacidade orçamentária para responder a desastres (Instituto Talanoa, 2025). O financiamento disponível, principalmente via BNDES, exige projetos técnicos que municípios pequenos raramente conseguem elaborar. Assim, como os municípios não aparecem nos dados, também não conseguem acessar recursos financeiros.

Esse cenário ilustra uma das principais conclusões do IFSS Brasil 2025: as limitações de classificação e publicação de dados são mais do que um obstáculo econômico. No âmbito político, a ausência de classificações orçamentárias específicas impede a identificação dos gastos relacionados à mitigação e à adaptação climática. Isso dificulta a verificação do cumprimento da NDC e reduz a capacidade da sociedade civil de exigir responsabilização. Conforme apontado pelo GFLAC (2025c), a falta de mecanismos homogêneos de medição, reporte e verificação compromete o acesso ao financiamento climático internacional, que os exige como condição. Isso se traduz em um ciclo vicioso: políticas elaboradas com ambição, mas implementadas sem suporte financeiro verificável.

Conclusão

O financiamento climático é o "meio de implementação" das NDCs, conforme o Artigo 2.1.c do Acordo de Paris (UNFCCC, 2015, Art. 2.1.c). O diagnóstico do IFS 2025 revela que o Brasil, apesar de avanços institucionais recentes, ainda opera em um ciclo de ambição sem execução verificável, em um contexto de fragilidade institucional. Isso é ainda mais relevante

se levarmos em consideração a invisibilidade das finanças climáticas a nível municipal. Uma estratégia eficaz de incidência deveria atuar em, pelo menos, três níveis complementares.

A nível institucional, é essencial expandir o projeto “Classificadores do Gasto Público em Mudança Climática” iniciado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2024 a todos os entes federativos, enfatizando o papel dos estados e municípios. A implementação nos Projetos de Lei Orçamentária Anual (PLOAs) de 2027, com o Tribunal de Contas da União (TCU) como framework de auditoria, é iniciativa recomendável ao oferecer um panorama pré-elaborado de transparência e reporting. No plano legislativo, um Marco Regulatório de Finanças Climáticas pode estabelecer metas orçamentárias mínimas para a NDC e instrumentos de monitoramento, verificação e desinvestimento progressivo em fósseis, com governos de maior exposição climática, como o Pará, envolvidos estrategicamente.

Socialmente, além de mobilizar redes como a Rede Latino-americana e Caribenha por um Sistema Financeiro Sustentável (REDFIS) e o Programa de Jovens pelas Finanças Sustentáveis (PJFS), o desenvolvimento de um programa de monitoramento cidadão municipal, em parceria entre o GFLAC e universidades federais, poderia ser um agregador de dados transparentes e eficientes. Estudantes coletariam dados fiscais-climáticos de municípios de sua região como extensão universitária valendo crédito acadêmico, o que fecharia a lacuna de dados e traria uma capacidade técnica local e incentivaria o engajamento qualificado da juventude. Iniciativas como a União com Municípios e Adapta Cidades já identificadas pelo INESC (Pontes, 2026), como experimentos positivos de federalismo climático, poderiam servir como modelo institucional para tal programa.

A geração dos 18-35 é a que mais sofrerá as consequências das decisões de hoje e a que tem maior potencial de transformação de médio e longo prazo. Sua participação institucional, articulação em redes e produção de informação são três linhas concretas para maior incidência no contexto atual. Como enfatizado por Ostrom (1990), sistemas de governança de recursos comuns funcionam melhor quando os próprios afetados participam da construção de regras e dos processos de monitoramento. Esse princípio está conectado e aplicável às finanças climáticas municipais, onde a ausência de dados locais e de atores jovens qualificados perpetua invisibilidade e inação.

Nota de Declaração de uso de IA

O trabalho preliminar de pesquisa e levantamento de informações foi realizado com o auxílio de inteligência artificial, utilizando o ChatGPT (OpenAI), com a finalidade de apoiar a busca inicial de conteúdos, a organização de ideias e a elaboração do trabalho.

Referências Bibliográficas

- GFLAC. (2025a). Índice de finanzas sostenibles 2025 (datos a 2024). Grupo de Financiamiento Climático para América Latina y el Caribe. https://www.sustainablefinance4future.org/resultados-ifs-edición-2025
- GFLAC. (2025b). IFSS Brasil 2025: ¿cuál es el nivel de alineamiento de las finanzas estaduales con la acción climática? https://www.gflac.org/single-post/ifss-brasil-2025-qual-o-n%C3%ADvel-de-alinhamento-das-finan%C3%A7as-estaduais-com-a-a%C3%A7%C3%A3o-clim%C3%A1tica
- GFLAC. (2025c). Plataforma de finanzas sostenibles. https://plataformafinanzassostenibles.gflac.org/ranking
- Instituto Talanoa. (2026). Política climática por inteiro 2025: avanços no ano da COP30 e desafios para 2026. https://politicaporinteiro.org/politica-climatica-por-inteiro-2025/
- Ministério do Planejamento e Orçamento [MPO]. (2024). Classificadores do gasto público em mudança climática, gestão de riscos e biodiversidade. Governo Federal do Brasil / BID (atualizado em Nov. 2025). https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/arquivos/relatorio_gastos_climaticos_final_18-11-25-1554.pdf
- Ostrom, E. (1990). Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pivetta, M. (2025, outubro 24). Mais de 85% dos municípios do Brasil não têm planos de adaptação para as mudanças climáticas. Nexo Jornal. https://www.nexojornal.com.br/externo/2025/10/24/adaptacao-mudancas-climaticas-planejamento-municipio-brasil
- Pontes, C. (2026, abril 14). Orçamento ambiental avança em 2025, mas limitações fiscais ainda restringem políticas climáticas. INESC — Instituto de Estudos Socioeconômicos. https://inesc.org.br/orcamento-ambiental-avanca-em-2025-mas-limitacoes-fiscais-ainda-restringem-politicas-climaticas/
- Tesouro Nacional. (2024). SICONFI — Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. https://siconfi.tesouro.gov.br
- UNFCCC. (2015). Paris Agreement. United Nations Framework Convention on Climate Change. https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf

XI. Dados que transformam: uma estratégia de comunicação para dar visibilidade ao financiamento climático no Brasil

Autores:
Gabriel Nascimento Martinho
João Pedro Fragoso Lima
Juan Fernando Martín Romacho
Julia Figueiredo Cunha
Larissa Dias Rebouças
Mariana Lucas Presti
Rafael Silva Matão Bonfim

Introdução

O Brasil enfrenta uma combinação complexa de elevada vulnerabilidade climática e profundas desigualdades ambientais, econômicas e sociais entre suas regiões. Essas assimetrias condicionam a capacidade dos estados de avançar rumo a um desenvolvimento sustentável, gerando trajetórias distintas: enquanto alguns têm fortalecido instrumentos de gestão ambiental e ampliado investimentos em energias renováveis e infraestrutura sustentável, outros permanecem dependentes de atividades extrativas e da expansão agropecuária (IFSS, 2025).

A realização da COP 30 em Belém recolocou o Brasil no centro da agenda climática global, exigindo o alinhamento de seus fluxos financeiros a compromissos como o Plano de Transformação Ecológica e as metas da NDC. Nesse cenário, os governos estaduais tornam-se estratégicos, pois respondem pela execução direta de políticas locais. No entanto, o debate sobre a crise climática no país costuma focar em consequências visíveis, e raramente avança sobre os mecanismos financeiros que sustentam essa realidade. Há um descompasso estrutural: enquanto o discurso defende a sustentabilidade, o orçamento real ainda prioriza atividades de alto impacto ambiental (IFSS, 2025), revelando um desafio de comunicação pública que trata as finanças de forma estritamente técnica, o que dificulta o debate e a cobrança por mudanças.

Para trazer transparência a esse cenário, o Índice de Finanças Sustentáveis Subnacional (IFSS) surge como uma ferramenta diagnóstica indispensável ao analisar o comportamento fiscal dos estados e apontar caminhos para o planejamento local. Diante disso, emerge a questão: como é possível comunicar para um público estratégico, a juventude, para fazê-los compreender o papel do IFSS Brasil nos estados?

Com esse propósito, este trabalho tem como objetivo propor uma estratégia de comunicação integrada para dar visibilidade ao financiamento climático no Brasil. A intenção é traduzir a complexidade do IFSS em narrativas acessíveis e visuais, utilizando o potencial de engajamento da juventude como o principal vetor de disseminação. Ao conectar o orçamento público diretamente ao cotidiano, busca-se demonstrar um exemplo de como a comunicação pode transformar dados técnicos em ferramentas de participação e pressão política, como um passo para que a agenda climática seja efetivamente priorizada no país.

Desenvolvimento

1. Diagnóstico do problema a ser comunicado

O Índice de Finanças Sustentáveis Subnacional (IFSS) é uma ferramenta criada pelo GFLAC (Grupo de Financiamiento Climático de Latinoamérica y el Caribe) para analisar indicadores financeiros nos estados brasileiros. No Brasil, o índice foi aplicado pela primeira vez em 2025, e o resultado mostra que os estados ainda se encontram em fase inicial de alinhamento de suas finanças sustentáveis em relação aos compromissos climáticos assumidos pelo país. Em 2024, arrecadou-se 13 vezes mais receitas provenientes de atividades intensivas em carbono, cerca de R$82,5 bilhões, em comparação às receitas sustentáveis, que somaram R$6,2 bilhões. No âmbito das despesas, R$32,6 bilhões foram destinados a atividades de alto impacto ambiental, valor 1,5 vez maior do que os R$21,1 bilhões direcionados a setores sustentáveis. Como reflexo disso, nenhum dos estados atingiu o nível de desempenho “Muito Alto” ou “Alto” em finanças sustentáveis. (IFSS, 2025, p.6)

Assim, como podemos comunicar as ações necessárias para a população mais jovem, com o intuito de engajá-la e fazê-la compreender o papel do IFSS Brasil nos estados?

O principal desafio de comunicação das finanças sustentáveis é transformar um problema técnico, estrutural e invisível em algo compreensível, urgente e politicamente mobilizador. Nesse caso, a grande missão não é apenas explicar o IFSS, mas traduzir um tema técnico e institucional em algo visual, emocional, urgente, conectado ao cotidiano e acionável para os jovens.

O ponto central da estratégia precisa mudar de foco: sair de “finanças públicas substituíveis” e entrar em: “para onde o dinheiro público está indo e como isso afeta o futuro climático, econômico e social da sua geração”.

2. Barreiras de comunicação identificadas

Sabendo dos desafios estruturais, especificamos a seguir barreiras de comunicação que limitam o alcance da divulgação do Índice a certos públicos estratégicos, como tomadores de

decisão, jornalistas, organizações da sociedade civil e juventude. A partir dessa breve discussão, será traçada uma estratégia de comunicação voltada para jovens como agentes de transformação em seus territórios.

A linguagem técnica e inacessível ao público geral em especial os jovens constitui uma barreira para divulgação de relatórios sobre finanças climáticas nos meios de comunicação. Relatórios cheios de jargões e termos complexos dificultam a leitura rápida e a extração de pautas, reduzindo a chance de matérias claras e atraentes na mídia tradicional e digital (WEINGER, 2026). É por isto que o IFSS utiliza linguagem acessível, gráficos acompanhados de explicações claras, objetivas e confiáveis ao tratar de indicadores e resultados.

Alcançar o público jovem é também uma barreira porque o tema é frequentemente percebido como distante, de interesse de grandes instituições, investidores e não se sentem incluídos nos processos de criação de políticas climáticas (UNICEF, 2021; UNDP 2022) . No entanto, o IFSS contém justamente os elementos necessários para transformar evidência técnica em uma pauta para ação local e em campanhas de pressão política ao retratar o desempenho dos estados brasileiros.

3. Estratégia de comunicação proposta

Conforme discutido acima, a estratégia de comunicação do IFSS necessita superar as dificuldades advindas da complexidade técnica da informação, a baixa cobertura da mídia sobre estes dados, e a presença escassa do tema na agenda pública. Desta forma, o objetivo principal é transformar um tema técnico, baseado em dados fiscais e conceitos pertencentes à agenda climática, em uma narrativa pública compreensível por diferentes públicos, demonstrando a sua relevância no impacto à vida cotidiana das pessoas.

Para isso, busca-se dar visibilidade aos dados do IFSS e traduzir suas informações fiscais em linguagem acessível, ampliando o entendimento público sobre finanças climáticas e aproximando o tema da realidade cotidiana. Ao mesmo tempo, pretende-se mobilizar a sociedade civil (especialmente os jovens) como agentes comunicadores e parte do controle social, de modo que a questão seja efetivamente cobrada e endereçada pelos tomadores de decisão.

Neste sentido, percebe-se a necessidade de uma estratégia de comunicação que seja concebida para os distintos públicos estratégicos que se pretende atingir, como tomadores de decisão (membros do governo e da câmara legislativa), jornalistas e meios de comunicação, sociedade civil e organizações de juventude. Assim, a adaptação da linguagem para a comunicação, bem como os canais e formatos selecionados são estratégias fundamentais para o êxito da troca com cada interlocutor.

No item a seguir, será proposto um exemplo concreto de comunicação, voltado especificamente para a juventude, como agente multiplicador da mudança.

4. Peça de comunicação concreta

Para a elaboração da peça de comunicação, escolhemos o público-alvo jovem, de 15 a 24 anos, optando por uma linguagem informal e memes populares entre esse público, a fim de gerar identificação imediata e captar a atenção de quem tem forte presença nas redes sociais e capacidade real de mobilização.

A peça consiste em uma publicação para a rede social Instagram, com 8 folhas. Inicialmente abordamos os tópicos do aquecimento global e mudanças climáticas, com posterior apelo à ultrapassagem dos 1,5 °C preconizados no Acordo de Paris, entramos no foco do Brasil, com a publicação do IFSS do GFLAC, explorando a discrepância entre receitas intensivas em carbono e receitas sustentáveis no país, com posterior foco no Ranking de Finanças Sustentáveis por Estado. Então, destacamos e incentivamos a importância da mobilização política na requisição de propostas e planos para mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas no país. Por fim, apresentamos uma frase que expressa o conceito de justiça climática, “Quem poluiu menos é quem primeiro está pagando a conta.”

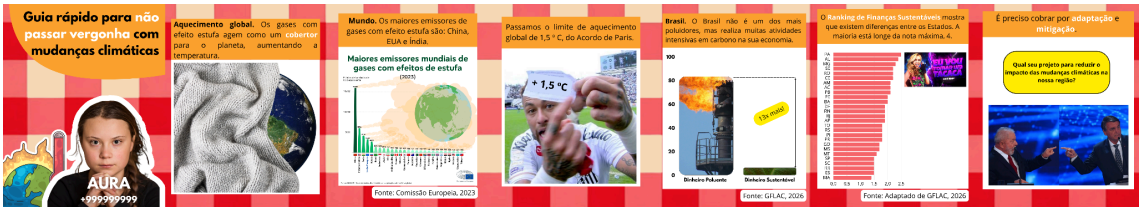


Figura 1. Peça de comunicação abordando o IFSS e as mudanças climáticas. Fonte: Elaborado pelos autores.

O trabalho pode ser visualizado também pelo link: https://canva.link/5fl7u7oa7qaxzk4.

Conclusões

A estratégia de comunicação proposta neste trabalho parte de um diagnóstico claro: os dados do IFSS existem, mas não chegam aos públicos que podem transformá-los em pressão e mudança política. Diante disso, comunicar o financiamento climático deixa de ser um recurso complementar e passa a ser condição essencial para que os compromissos climáticos do Brasil saiam do discurso e se reflitam, de fato, no orçamento público.

Nesse sentido, a comunicação cumpre um papel de incidência política ao tornar visível o que é técnico e invisível, conectando dados fiscais ao cotidiano e ao futuro das pessoas. A

juventude, por sua vez, surge não apenas como público-alvo, mas como agente multiplicador: ao compreender que as escolhas orçamentárias de hoje comprometem seu próprio futuro climático, econômico e social, esse público tem condições reais de pressionar por mudanças nos territórios onde vive.

A peça desenvolvida para o Instagram ilustra esse potencial ao traduzir a complexidade do IFSS em uma linguagem acessível para o público alvo. Em última análise, dados sem comunicação são insuficientes. Para continuar avançando, é preciso construir pontes entre o técnico e o público, e a juventude é o agente mais bem posicionado para isso.

Além disso, vale lembrar que por trás de cada índice, cada percentual e cada ranking de estado há pessoas reais que sofrem as consequências de um orçamento desalinhado com o clima. Enchentes, secas, perda de biodiversidade e instabilidade econômica não são abstrações: são realidades vividas, especialmente pelas populações mais vulneráveis. É essa conexão, entre o número na planilha e a vida na rua, que a comunicação precisa fazer, e que este trabalho buscou, ao seu modo, começar a construir.

Referências Bibliográficas

- GFLAC. Índice de Finanças Sustentáveis Subnacional (IFSS) Brasil 2025: Panorama dos fluxos orçamentários estaduais. Resumo Executivo, Grupo de Financiamento Climático para a América Latina e o Caribe, 2026. Disponível em: https://www.sustainablefinance4future.org/_files/ugd/32948d_5efa2fded69948258943457fc48af521.pdf
- OECD. Mobilising sustainable finance for regions and cities. Autores: Courtenay Wheeler, Charlotte Lafitte, Yugo Kimura e Isabelle Chatry. Paris: OECD Regional Development Papers, 2025. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2025/04/mobilising-sustainable-finance-for-regions-and-cities_419a30c4/2af8dadb-en.pdf
- UNDP. Elevating Meaningful Youth Engagement for Climate Action. Autora: Melissa Ingaruca. Nova York: United Nations Development Programme - UNDP, 2022. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2022-05/UNDP-Elevating-Meaningful-Youth-Engagement-for-Climate-Action-2.pdf
- UNICEF. TRY HARDER! How Young Advocates Advise on Climate Action in Latin America and the Caribbean. Autores: Ana María Restrepo e Bárbara Méndez. Cidade do Panamá: UNICEF – Latin America and Caribbean Regional Office, 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/lac/media/29266/file/U-Report-try-harder.pdf

- WEINGER, B. K. Overcoming the implementation gap: everyday barriers and enablers of urban climate governance. Frontiers in Sustainable Cities, v. 8, artigo 1656615, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.3389/frsc.2026.1656615

Declaração de uso de Inteligência Artificial

Foi utilizada inteligência artificial (Claude) como apoio para correção ortográfica, revisão gramatical e criação do esqueleto inicial do trabalho.

XII. Financiamento climático no Brasil: Limitações metodológicas, transparência e tomada de decisão

Autores:
Bruno Vieira Lourenço
Kauan Esdras Ribeiro Cândido
Khayo de Paulo Bispo
Laura Maria Lagrotta Conde
Luan Thambo Lacerda de Oliveira
Stephanie Braun Clemente
Tainara Sobreiro

Introdução

O Brasil abriga cerca de 15% a 20% da biodiversidade mundial (Pnuma, 2019) e, ao mesmo tempo, é uma das regiões mais vulneráveis aos impactos climáticos extremos (IPCC, 2022). É nesse cenário que o Índice de Finanças Sustentáveis (IFS) 2025, elaborado pelo Grupo de Financiamento Climático para América Latina e Caribe (GFLAC), emerge como ferramenta analítica fundamental. O IFS constitui um instrumento de espacialização e quantificação da coerência ou da incoerência entre os discursos ambientais dos governos e suas práticas orçamentárias concretas (GFLAC, 2025).

Este artigo analisa o financiamento climático do Brasil a partir dos dados do IFS BR 2025, como expressão mais detalhada das contradições regionais. A complexidade dos dados e a ausência de nomenclaturas padronizadas dificultam a análise das finanças climáticas. Sem um mapa claro sobre os fluxos financeiros, a tomada de decisão política torna-se estruturalmente cega às necessidades urgentes de adaptação e mitigação climática nos biomas mais fragilizados (Novaes, 2025).

Panorama do financiamento climático brasileiro à luz do IFS e do IFSS BR

O IFS 2025 do GFLAC avalia 23 países da América Latina e Caribe, com o Brasil ocupando a 12ª posição com pontuação de 1,9 (em uma escala de 0 a 5), classificação no nível “Médio-Baixo”. No plano federal, as Receitas Intensivas em Carbono (US$ 36,02 bilhões) superam em dez vezes as Receitas Sustentáveis (US$ 3,26 bilhões), enquanto as Despesas Intensivas em Carbono (US$ 12,15 bilhões) são quatro vezes maiores que as Despesas Sustentáveis (US$ 2,96 bilhões, apenas 0,28% do orçamento federal). Esses números demonstram que o Brasil, apesar de avançar na ambição climática (com a NDC prevendo

cortes de 59-67% nas emissões até 2035), mantém uma arquitetura fiscal que privilegia setores de alta emissão.

Nas Receitas Sustentáveis, apenas o Pará atingiu nível “Médio Alto”, enquanto em 24 estados elas representam menos de 1% da arrecadação, que provêm majoritariamente de instrumentos punitivos (taxas administrativas, multas e compensações ambientais), o que evidencia a ausência de uma estratégia ativa de arrecadação verde. Nas Receitas Intensivas em Carbono, o Rio de Janeiro se destaca com 26,9% de suas receitas vinculadas ao petróleo (royalties que correspondem a 24,71% da arrecadação total), seguido por São Paulo (8,31%, impulsionado pelo IPVA) e Espírito Santo (6,73%). Vale destacar que o IFSS BR classifica o IPVA integralmente como receita intensiva em carbono, sem diferenciar a frota por motorização/ combustível. O Brasil é um caso singular, com ampla maioria de veículos flex movidos a etanol e uma frota elétrica e híbrida em expansão acelerada, o que pode superestimar o caráter carbono-intensivo do IPVA e aponta para a necessidade de critérios mais granulares em futuras edições do índice.

Já em relação às Despesas Sustentáveis, Alagoas (6,19%) é o único estado no nível “Muito Alto”, puxado por investimentos em saneamento básico, ao passo que a média nacional se mantém abaixo de 2% do orçamento. Por fim, nas Despesas Intensivas em Carbono, Mato Grosso (8,55%), Mato Grosso do Sul (6,97%) e Piauí (6,43%) lideram, com gastos concentrados em infraestrutura rodoviária, com alto nível de emissões.

Além disso, como exemplo dos limites metodológicos do índice que merecem atenção da sociedade civil e dos formuladores de política, vale destacar dois casos. O Pará, líder do ranking com a maior proporção de receitas sustentáveis (taxas e multas ambientais), também lidera as taxas de desmatamento na Amazônia. Isso sugere que os instrumentos de arrecadação sustentável existentes, por seu caráter punitivo e reativo, podem refletir a própria escala dos problemas ambientais, e não necessariamente uma orientação fiscal virtuosa. Já o Rio de Janeiro combina o segundo maior volume de receitas sustentáveis com a maior dependência de receitas intensivas em carbono no país, ficando exposto a um risco fiscal de perda progressiva das receitas de petróleo, sem fontes alternativas, podendo comprometer suas finanças públicas.

Complementarmente, seria oportuno incorporar pesos ao cálculo final das notas estaduais, de modo a ponderar o impacto de receitas sustentáveis de origens questionáveis (como a TCFA, que pode indicar aumento das atividades de exploração recursos naturais) e de receitas intensivas em carbono que podem incidir sobre veículos elétricos ou movidos a etanol, como explicitado anteriormente (IPVA).

Limitações de transparência e qualidade da informação

O avanço na mensuração do financiamento climático no Brasil convive com lacunas que comprometem a capacidade de análise e de tomada de decisão. O Painel de Gastos Climáticos do Ministério do Planejamento e Orçamento representa um avanço metodológico significativo, mas apresenta limitações estruturais que comprometem sua abrangência. Ao seguir a classificação funcional COFOG (Classification of the Functions of Government), o sistema não contabiliza operações de crédito como despesa governamental, o que retira do mapa o principal instrumento de transição climática do país: o Fundo Clima, que opera bilhões em recursos para mitigação e adaptação por meio de mecanismos de financiamento reembolsável. Essa exclusão acaba produzindo uma subestimação sistemática do gasto climático efetivo do Estado brasileiro e dificulta a avaliação comparativa com outros países.

Outras lacunas agravam o quadro. Os investimentos da Petrobras em exploração fóssil não são integrados às análises de gastos intensivos em carbono, ocultando o peso do incentivo estatal ao carbono (Novaes, 2025). Subsídios implícitos, como regimes tributários diferenciados para o agronegócio e a mineração, tampouco são classificados como gastos climáticos negativos, embora impactem diretamente o desmatamento e as emissões. Além disso, há uma mudança no perfil do gasto federal, tendo em vista que as despesas com adaptação e resposta a desastres saltaram de 24% do total em 2010 para 70% em 2023, indicando que o foco migrou da mitigação para a reação a eventos extremos já em curso (MPO, 2025). No plano subnacional, a ausência de subfunções orçamentárias específicas de mitigação e adaptação impede o rastreamento dos gastos climáticos estaduais e compromete a comparabilidade entre entes federativos.

Influência na Tomada de Decisão e Estratégias de Incidência Política

A carência de dados de qualidade tem consequências políticas concretas: sem visibilidade sobre o real custo dos subsídios fósseis, a tendência é a manutenção do status quo fiscal (CEPAL, 2023), como ilustra o relatório Orçamento Climático 2026 do Instituto Talanoa, segundo o qual o gasto federal com agropecuária é 21 vezes maior que o destinado à conservação florestal, embora o desmatamento represente quase metade das emissões brasileiras. Dessa forma, em dados transparentes que explicitem esse descompasso, é impossível que a sociedade civil e os parlamentares exerçam controle efetivo sobre as prioridades orçamentárias.

Para reverter esse cenário, uma estratégia de incidência deve articular diferentes atores e escalas. No plano legislativo, assembleias estaduais e tribunais de contas podem pressionar a criação de subfunções orçamentárias específicas de mitigação e adaptação e pela inclusão de marcadores climáticos obrigatórios nos Planos Plurianuais e nas Leis Orçamentárias Anuais, permitindo que a coerência entre compromissos (ex: Acordo de Paris) e execução orçamentária seja aferida. No plano federal, a ampliação do Painel de Gastos Climáticos para

estados e municípios e a incorporação das operações de crédito e dos gastos de estatais na contabilidade climática são passos essenciais. A sociedade civil (ex: Observatório do Clima, GFLAC, Instituto Talanoa, WRI Brasil entre outros) pode utilizar o IFSS BR como ferramenta de advocacy subnacional, traduzindo-o em rankings e análises que alimentem o debate público. A convergência entre o Plano Clima 2024-2035, a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) e o IFSS oferece a base técnica para um ecossistema de monitoramento interligado, tendo em vista que o Plano Clima define metas, a TSB fornece critérios de classificação das atividades econômicas e o IFSS diagnóstica o alinhamento fiscal. Os mecanismos de Mensuração/Monitoramento, Relato e Verificação (MRV) são fundamentais para garantir a transparência das emissões, dos fluxos financeiros e da implementação das políticas climáticas.

A juventude deve exercer um papel importante na tradução de instrumentos técnicos em pressão política efetiva. O Programa Jovens pelas Finanças Sustentáveis do GFLAC demonstra que a formação de jovens em ferramentas como o IFS os transforma em agentes qualificados de incidência. A atuação pode se dar em múltiplas frentes: na participação institucional, em conselhos estaduais de meio ambiente e comitês do Plano Clima; na produção de informação, replicando a metodologia do IFSS em nível municipal ou utilizando os dados abertos do Painel para análises independentes; e na comunicação digital, traduzindo dados técnicos em formatos acessíveis para redes sociais. A juventude possui competência para amplificar informações que hoje circulam apenas em ambientes técnicos, e a legitimidade intergeracional para demandar que as finanças públicas reflitam o compromisso com o futuro climático do país.

Conclusões

A análise das finanças climáticas a partir do IFS 2025 evidencia o descompasso entre os compromissos climáticos internacionais e as práticas orçamentárias do Brasil. Essa contradição se traduz em uma arquitetura financeira de “dupla face”, onde o fomento expressivo a receitas e despesas intensivas em carbono neutraliza parte dos impactos positivos dos investimentos direcionados à sustentabilidade. Nesse contexto, a transparência orçamentária consolida-se como condição política fundamental para a governança climática e para a justiça territorial. Como recomendação neste estudo, aponta-se que o fortalecimento da governança climática nacional depende da superação das lacunas analíticas e metodológicas mapeadas. Essas barreiras impedem que os recursos de mitigação e adaptação alcancem, com a celeridade e a precisão necessárias, os territórios e povos mais vulneráveis às mudanças climáticas.

Além disso, conclui-se que o enfrentamento dessas deficiências exige a convergência entre os instrumentos de planejamento climático do Estado brasileiro. A integração das métricas

do IFS aos planos setoriais do Plano Clima, sob orientação metodológica da TSB, pode fornecer parâmetros institucionais para identificar gastos efetivamente sustentáveis e reduzir práticas de greenwashing governamental. Contudo, sua efetividade dependerá da incorporação permanente dessas metodologias aos processos de planejamento e execução orçamentária, bem como da atuação articulada entre sociedade civil, academia, órgãos de controle e movimentos territoriais na fiscalização e responsabilização das finanças públicas. Isso pode consolidar um sistema nacional integrado e territorializado de MRV climático, ampliando a transparência das finanças públicas. Fortalecer a incidência política nas finanças climáticas exige ampliar a transparência, integrar taxonomias ao orçamento e consolidar mecanismos de MRV. Também é fundamental incluir os diversos atores mencionados nos processos de monitoramento e formulação orçamentária. Assim, permitindo que o orçamento passe a constituir uma ferramenta de planejamento e responsabilização climática justa, inclusiva e verdadeiramente sustentável.

Referências Bibliográficas

- CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. (2023). Financiamiento para el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe: de Monterrey a nuestros días. Santiago: Nações Unidas.
- GFLAC — Grupo de Financiamiento Climático para América Latina y el Caribe. (2025b). Índice de Finanzas Sostenibles Subnacionales — Brasil 2025. Ciudad de México: GFLAC.
- Instituto Talanoa. (2026). Orçamento Climático 2026: uma análise dos gastos do Governo Federal relacionados ao clima. Política Por Inteiro.
- IPBES — Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. (2019). Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services. Bonn: IPBES Secretariat.
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. (2025). Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima 2024-2035). Governo Federal do Brasil.
- Ministério da Fazenda. (2024). Taxonomia Sustentável Brasileira — Metodologia dos Objetivos Climáticos e Ambientais. Governo Federal do Brasil.
- MPO — Ministério do Planejamento e Orçamento; STN — Secretaria do Tesouro Nacional. (2025). Relatório Final do Projeto Classificadores do Gasto Público em Mudança Climática, Biodiversidade e Gestão de Riscos e Desastres. Brasília: Governo Federal do Brasil.
- Novaes, G. (2025). O orçamento público brasileiro frente à crise climática: evidências fiscais a partir do IFS Regional e do IFSS Brasil. Brasília: GFLAC Brasil.
- Painel de Gastos Climáticos. (2025). Mudança Climática, Biodiversidade e Desastres. Brasília: Governo do Brasil.
- Política Por Inteiro. (2026). Política Climática por Inteiro 2025. Instituto Talanoa.

- Stern, N. (2007). The Economics of Climate Change: The Stern Review. Cambridge: Cambridge University Press.
- UNFCCC. (2024). Brazil's Second Nationally Determined Contribution (NDC).
- ONU. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Brasil Megadiverso. 2019. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2019/03/1662482. Acesso em: 19 maio 2026.
- IPCC. (2022). Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

Declaração de IA: Claude e Gemini - Formatação, revisão ortográfica e gramatical e análise do texto do trabalho para reduzir o tamanho inicial.

XIII. As demandas e a importância da juventude na agenda ambiental

Autora:
Nicolly Corgosinho Campos

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a agenda ambiental tornou-se uma das principais pautas da política internacional, principalmente, com a intensificação das mudanças climáticas e seus efeitos. Nesse sentido, temas como adaptação climática, mitigação, financiamento climático, transição energética, justiça climática, entre outros passaram a ocupar posição central nos debates multilaterais, especialmente no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e das Conferências das Partes (COPs). Dessa forma, a emergência climática evidencia a necessidade de ações coordenadas entre os atores nacionais e internacionais, considerando que os efeitos das mudanças são transfronteiriços, atingindo diferentes regiões do globo de maneira desigual e desproporcional.

Nesse contexto, tem-se o crescimento da participação política dos jovens nos debates ambientais internacionais. A juventude de diferentes países passou a atuar de maneira mais ativa na diplomacia climática, pressionando diversos agentes, como governos, organizações e empresas por medidas mais efetivas.

Entretanto, apesar da crescente visibilidade desses movimentos, a influência eficaz da juventude nos espaços internacionais de tomada de decisão ainda enfrenta diversos desafios. Entre eles, limitações de financiamento para participação, falta de acesso à fóruns multilaterais e espaços decisórios e baixa representatividade nos processos formais de negociação.

Nesse cenário, torna-se fundamental discutir não apenas a presença da juventude nesses espaços, mas também tais desafios e suas reais condições de influência, que é a problemática deste paper.

Desse modo, o presente trabalho busca analisar o papel da juventude na diplomacia climática internacional, com enfoque na governança ambiental estabelecida pela UNFCCC e pelas COPs, compreendendo suas possibilidades de influência e desafios. Além disso, tem-se, igualmente, como objetivo, o debate de estratégias que visam fortalecer a atuação

dos jovens nos processos internacionais, especialmente, no que se refere às discussões sobre justiça climática.

DESENVOLVIMENTO

O papel da(a) jovem na diplomacia climática internacional tem se tornado cada vez mais relevante diante da intensificação da emergência climática e da crescente mobilização da sociedade civil em torno da pauta ambiental. No âmbito da UNFCCC e das COPs, observa-se uma ampliação da participação de grupos juvenis que buscam pressionar governos e organizações internacionais por ações mais ambiciosas em relação à mitigação das mudanças climáticas, adaptação e financiamento climático. Nesse contexto, a governança climática global pode ser compreendida como um conjunto de mecanismos multilaterais de negociação, cooperação e tomada de decisão voltados para o enfrentamento das mudanças climáticas, envolvendo Estados, organizações internacionais, empresas e atores da sociedade civil.

No funcionamento da UNFCCC e das COPs, os Estados possuem papel central nas negociações e tomadas de decisão, especialmente em temas relacionados às metas de redução de emissões, às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), ao financiamento climático e aos mecanismos de adaptação e perdas e danos (loss and damage). Entretanto, apesar da predominância estatal nesses espaços, outros atores transnacionais passaram a exercer crescente influência política e simbólica, entre eles, organizações da sociedade civil, movimentos ambientais e coletivos juvenis. Um exemplo importante é a participação da juventude por meio da YOUNGO, representação oficial de crianças e jovens no âmbito da UNFCCC, que atua promovendo advocacy climático, articulação internacional e participação em debates multilaterais.

Atualmente, jovens mobilizados ao redor do mundo demandam maior justiça climática, defendendo que os custos e impactos das mudanças climáticas não atingem todos os grupos de maneira igual. Nesse sentido, questões relacionadas à justiça distributiva, procedimental e de reconhecimento tornam-se fundamentais para compreender como populações periféricas, povos indígenas, mulheres e jovens do Sul Global estão mais vulneráveis aos impactos ambientais, apesar de possuírem menor participação nos espaços formais de poder e decisão. Dessa forma, a juventude passou a pressionar por políticas climáticas mais inclusivas, pela ampliação do financiamento climático e por uma transição energética justa, entendendo que o enfrentamento da crise ambiental também envolve desigualdades históricas, sociais e econômicas.

Entretanto, apesar da crescente visibilidade da juventude na diplomacia climática internacional, ainda existem importantes barreiras à sua influência efetiva nos processos decisórios. Uma das principais dificuldades refere-se às desigualdades de acesso aos fóruns

internacionais, especialmente para jovens de países em desenvolvimento. A participação em COPs e outros espaços multilaterais exige recursos financeiros, domínio técnico e acesso à informação, fatores que limitam significativamente a presença de grupos mais vulnerabilizados. Além disso, muitas vezes a participação juvenil ocorre de maneira mais consultiva do que deliberativa, havendo pouca capacidade real de influência sobre as decisões finais tomadas pelos Estados. Assim, embora exista abertura para participação simbólica da juventude, ainda persistem obstáculos estruturais para sua incidência política efetiva na governança climática global.

Diante desse cenário, torna-se fundamental fortalecer mecanismos internacionais voltados para a ampliação da participação jovem nos processos de governança ambiental. Uma possível estratégia de incidência política internacional consiste no fortalecimento institucional da participação da juventude dentro da UNFCCC e das COPs, por meio da criação de espaços mais democráticos e representativos nos processos de negociação. Além disso, mostra-se essencial ampliar mecanismos de financiamento climático inclusivo, garantindo apoio financeiro para delegações jovens do Sul Global, projetos locais de adaptação climática e programas de capacitação técnica e diplomática. Nesse contexto, relatórios científicos internacionais, como os produzidos pelo IPCC, possuem papel importante ao fornecer evidências técnicas que fortalecem a legitimidade das demandas juvenis e da urgência de ações climáticas mais ambiciosas.

Por fim, observa-se que a juventude vem se consolidando como um importante ator transnacional na diplomacia climática contemporânea, especialmente ao conectar mobilização social, produção de conhecimento, justiça climática e pressão política internacional. Assim, fortalecer sua participação não representa apenas uma ampliação democrática dos espaços multilaterais, mas também uma condição necessária para a construção de políticas climáticas mais inclusivas, legítimas e eficazes diante da emergência ambiental contemporânea.

CONCLUSÃO

Diante o exposto, observa-se que a emergência climática intensificou a necessidade de fortalecimento da governança ambiental global e ampliou a relevância da participação da juventude nos processos internacionais de tomada de decisão. Ao longo das últimas décadas, jovens passaram a atuar de maneira cada vez mais ativa na diplomacia climática, especialmente no âmbito da UNFCCC e das Conferências das Partes (COPs), pressionando governos e organizações internacionais por medidas mais ambiciosas relacionadas à mitigação, adaptação, transição energética, financiamento climático, etc.

Entretanto, apesar da crescente visibilidade e mobilização política da juventude, ainda persistem importantes barreiras estruturais à sua influência efetiva nos processos decisórios

internacionais. Entre os principais desafios, destacam-se as desigualdades de acesso aos fóruns multilaterais, as limitações de financiamento para participação de jovens do Sul Global, a baixa representatividade nos espaços formais de negociação e a predominância de mecanismos de participação muitas vezes mais consultivos do que deliberativos. Além disso, o debate sobre justiça climática demonstrou-se central para compreender como os impactos das mudanças climáticas atingem grupos e regiões de maneira desigual e desproporcional, tornando fundamental ampliar a participação de jovens periféricos, indígenas, negros e oriundos de países em desenvolvimento nos espaços internacionais de poder e decisão.

Diante disso, estratégias como o fortalecimento institucional da participação jovem, a ampliação do financiamento climático inclusivo, o incentivo à capacitação técnica e diplomática, entre outras, apresentam potencial significativo para ampliar a influência da juventude na agenda climática global. Nesse contexto, relatórios técnicos, como os produzidos pelo IPCC, tornam-se ferramentas importantes para fortalecer a legitimidade das demandas juvenis e pressionar por ações mais efetivas no enfrentamento da crise climática. Assim, fortalecer a participação da juventude na diplomacia climática internacional não representa apenas uma ampliação democrática dos espaços multilaterais, mas também uma condição fundamental para a construção de respostas climáticas mais legítimas, inclusivas e eficazes diante da emergência ambiental contemporânea.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- CARRIEL, R., & MARTINS, (2021). Negociações da ordem ambiental internacional das mudanças climáticas: uma revisão. Revista Ecogestão Brasil. https://revista.ecogestaobrasil.net/v8n18/v08n18a08.pdf
- NOSSO IMPACTO. (2023). O papel das juventudes no enfrentamento às mudanças climáticas. https://nossoimpacto.com.br/historias/o-papel-das-juventudes-no-enfrentamento-as-mudancas-climaticas/
- OBSERVATÓRIO DO CLIMA. (2025). Histórico das negociações climáticas e Acordo de Paris. Formações em Clima. https://formacoes.oc.eco.br/docs/%5BNegociandoOFuturo%5DMaterialDeApoio_Bloco2_HistoricoEAcordoDeParis.pdf
- Universidade Federal de Santa Maria. PET Educom Clima. (2025, maio 7). O papel da juventude no ativismo ambiental. UFSM – Juventude e ativismo ambiental
- VARELLA, M. D., & LEUZINGER, M. D. (2008). Meio ambiente como direito constitucional. Revista de Informação Legislativa. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176554/000843895.pdf?sequence=3&isAllowed=y
- WRI Brasil. (2025). Entenda o que é justiça climática. WRI Brasil – Justiça Climática

*Esse texto também teve como base a palestra “As demandas da geração atual e a emergência climática: efeitos e perspectivas para o Regime Internacional do Meio Ambientes”, da professora Mariana Balau (PUC Minas), assistida no âmbito do Grupo de Estudos de Política Internacional da UFMG (GEPI-UFMG), no segundo semestre de 2025.

NOTAS - CONCEITOS-CHAVE

Justiça climática

“Justiça climática é uma abordagem ética e política que emerge como evolução da justiça ambiental, focando nas desigualdades sociais amplificadas pelas mudanças climáticas, [...], propondo medidas para reduzir os impactos climáticos nos grupos mais expostos e vulnerabilizados, como as populações periféricas e povos indígenas. Esse conceito é sustentado por dimensões distributivas, de reconhecimento e procedimental, que orientam a identificação de riscos e benefícios no contexto climático”.

A Governança e a Justiça Climática possuem três dimensões principais:

1- Justiça distributiva, que se refere à distribuição justa dos custos e benefícios, visando a proteção de grupos mais vulneráveis;

2- Justiça procedimental, que se refere à quem participa e atua nos processos decisórios;

3- Justiça de reconhecimento, que se refere a valorização e consideração de diversas perspectivas e culturas.

[2] Pontos importantes/exemplos:

Assim, alguns pontos-chave (desafios e necessidades) da juventude na diplomacia ambiental são:

1. Ações para transição justa, considerando desproporcionalidade de grupos e representatividade.
2. Mecanismos para participação política em espaços decisórios.
3. Políticas para adaptação e mitigação, envolvendo, por exemplo, financiamento climático e financiamento de grupos.

(WRI Brasil, 2025)

USO DE IA

A ferramenta ChatGPT foi utilizada para chuva de ideias (“brainstorming”), estruturação dos tópicos levantados nas instruções dadas para o trabalho, revisão do texto e direcionamento na pesquisa por referências bibliográficas.

XIV. Estratégia de comunicação sobre financiamento climático

Autora:
Luá Resende de Aguiar - aguiarluaresende@gmail.com

INTRODUÇÃO:

Este trabalho pretende pensar formas para dar visibilidade ao Índice de Finanças Sustentáveis (IFS) e à análise dos seus resultados em nível nacional. O objetivo é evidenciar iniciativas que colaboram com o desenvolvimento das práticas de finanças sustentáveis e lançar luz sobre as incongruências presentes nas escolhas públicas de financiamento. Buscaremos desenvolver estratégias para engajar o público jovem, facilitar a leitura e interpretação dos dados macroeconômicos para o público em geral, fortalecer a atuação em rede de diversos atores simpáticos à temática da sustentabilidade e influenciar a agenda pública.

Os dados referentes ao gasto público em um país de dimensões continentais como o Brasil são facilmente manipuláveis. Isso porque os montantes são vultosos, mas quando enxergados em perspectiva nem sempre retratam uma atuação contundente em prol do objetivo que se diz pretender atingir.

É nesse cenário que vamos buscar desenvolver a campanha CONTA PRO CLIMA. A partir da análise dos indicadores e rankings do Índice de Finanças Sustentáveis (IFS), desenvolvido pelo GFLAC, os compromissos ambientais assumidos pelo Brasil serão descortinados. O objetivo é esclarecer e instruir para que seja possível perceber que quando tratamos da atuação estatal o peso do comprometimento com as agendas se traduz em orçamento. E que quando se analisa o orçamento, por mais que em números absolutos pareça um grande esforço, as dotações devem ser entendidas a partir da comparação e participação relativa no orçamento.

Para tal a campanha objetiva buscar a participação de personalidades de relevância nacional, na qualidade de embaixadores e micro influenciadores locais que darão a campanha capilaridade. O objetivo é esclarecer o público, em especial os jovens adultos com filhos ainda na primeira infância, que será chamado a atuar como replicadores de conhecimento para seus filhos e nesse processo serão estimulados a se posicionar contundentemente no debate sobre a definição da agenda estatal sobre a sustentabilidade.

DESENVOLVIMENTO:

A campanha CONTA PRO CLIMA é, em suma, um chamamento público para que pais de crianças na primeira infância contem para seus filhos qual é a situação do país no que diz respeito às finanças sustentáveis tendo por base a análise dos indicadores e rankings do Índice de Finanças Sustentáveis (IFS), desenvolvido pelo GFLAC. Para tal a campanha disponibilizará em arquivo digital livros infantis que informam de maneira didática os principais aspectos relacionados aos números (contas) coletados como indicadores do índice. O nome da campanha foi escolhido, pois dialoga com a complexidade das contas e se traduzem nos números macroeconômicos e dotações orçamentárias e o ato tão presente na realidade de pais de crianças na primeira infância de contar histórias para dormir.

Os textos da campanha serão estruturados para começar com o clássico início dos contos de fadas “Era uma vez...” e no intuito de alcançar o também clássico desfecho “E eles foram felizes para sempre.” os pais também serão chamados a se posicionar na construção da agenda social das finanças sustentáveis.

Para alcançar o público, pais de crianças na primeira infância que tenham entre vinte e quarenta anos, devem ser buscadas parcerias com nomes de forte atuação nas redes sociais que tenham simpatia com os temas relacionados à sustentabilidade. Estes serão os embaixadores da campanha. Abaixo uma lista não exaustiva de possíveis parceiros.

- Amanda Costa
- Txai Suruí
- Alice Pataxó
- Laila Zaid
- Nath Finanças
- Aline Midlej
- Gaby Amarantos
- Maira Góes
- Tainá de Paula
- Aline Matulja
- Ailton Krenak
- Criolo
- Mumuzinho
- Marcos Palmeira
- Fernando Fernandez

Para dar capilaridade a campanha devem ser buscadas também parcerias com microinfluenciadores e organizações com trabalho relevante em seus territórios.

Esses atores serão convidados a divulgar em suas redes em colaboração com as páginas da campanha vídeos em que aparecem reproduzindo textos semelhantes ao transcrito abaixo.

“Era uma vez um país com a maior floresta tropical do mundo.
Um país cheio de rios, vida, diversidade e pessoas que sonhavam com um futuro melhor.

Mas também era uma vez um país que dizia proteger o meio ambiente… enquanto ainda financiava atividades que destruíam suas florestas.

Um país onde os números parecem enormes… mas que, quando a gente olha de perto, nem sempre investe no futuro que promete construir.

E sabe qual é o problema?

Quase ninguém entende essas contas.

Por isso nasceu a campanha CONTA PRO CLIMA.

Pra transformar números difíceis em histórias que todo mundo consegue entender.

Pra ajudar mães, pais, jovens e crianças a conversarem sobre o futuro que estamos financiando hoje.

Porque o futuro também se escreve no orçamento.

E é impossível construir um final feliz financiando a destruição do planeta.

Aqui embaixo você pode baixar gratuitamente nossos livros digitais e começar essa conversa dentro da sua casa.

Leia para os seus filhos.

Leia para quem você ama.

Compartilhe.
Questione.
Participe.

Porque o ‘e viveram felizes para sempre’ não acontece sozinho.

A gente precisa construir esse final juntos.

CONTA PRO CLIMA.

Quem financia o futuro também escreve a história.”

Na sequência um exemplo de material que vai poder ser baixado e lido para as crianças. É o número de downloads desse tipo de material o principal índice de mensuração do sucesso da campanha combinado aos índices clássicos de engajamento nas redes sociais.



CONCLUSÃO:

A campanha CONTA PRO CLIMA foi concebida como uma estratégia de comunicação voltada para aproximar a sociedade do debate sobre financiamento climático e sustentabilidade, utilizando o Índice de Finanças Sustentáveis (IFS) como principal ferramenta de análise e conscientização. Ao propor a tradução de indicadores econômicos complexos em conteúdos acessíveis, lúdicos e emocionalmente conectados à realidade das famílias brasileiras, o trabalho busca demonstrar que as escolhas orçamentárias do Estado possuem impacto direto sobre o futuro ambiental e social do país.

A proposta reconhece que grande parte da população encontra dificuldades para compreender dados macroeconômicos e indicadores de financiamento público, especialmente quando apresentados de forma excessivamente técnica. Nesse sentido, a campanha procura transformar informação em instrumento de participação social, fortalecendo a capacidade crítica da população e incentivando maior engajamento na definição das prioridades da agenda pública climática.

Além disso, ao utilizar livros infantis digitais, redes sociais e parcerias com influenciadores e microinfluenciadores, a campanha pretende ampliar a capilaridade da comunicação ambiental, estimulando diálogos intergeracionais e promovendo a construção coletiva de uma cultura de responsabilidade climática. A escolha da contação de histórias como elemento central da estratégia busca aproximar o debate climático do cotidiano das famílias e reforçar a ideia de que o futuro sustentável também depende das narrativas que escolhemos construir e compartilhar.

Para que seja possível construir, coletivamente, um verdadeiro “e viveram felizes para sempre” perene a campanha busca conscientizar os jovens adultos tomadores de decisão, usando para isso linguagem simples e inteligível até para as idades mais tenras. E como externalidade positiva ainda faz deles replicadores e formadores de uma sociedade futura consciente, e com ferramentas para influenciar o debate público em prol da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS:

- GFLAC. (2024). Índice de finanças sustentáveis. Grupo de Financiamento Climático para a América Latina e o Caribe. https://plataformafinanzassostenibles.gflac.org
- GFLAC. (2026). Programa Jovens pelas Finanças Sustentáveis 2026. Grupo de Financiamento Climático para a América Latina e o Caribe.
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2023). Climate change 2023: Synthesis report. IPCC. https://www.ipcc.ch
- Observatório do Clima. (2023). Financiamento climático e orçamento público no Brasil. Observatório do Clima. https://oc.eco.br
- Organização das Nações Unidas. (2015). Acordo de Paris. Organização das Nações Unidas. https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement
- Abramovay, R. (2012). Muito além da economia verde. Abril.
- Boff, L. (2012). Sustentabilidade: O que é, o que não é. Vozes.
- Sachs, J. D. (2015). The age of sustainable development. Columbia University Press.
- Veiga, J. E. (2010). Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI. Garamond.